



**UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA**

***As causas de suspensão da prescrição  
em Direito Civil.***

**Pedro Miguel Cândido de Vasconcelos**

**Faculdade de Direito | Escola do Porto**

**2018**



**As causas de suspensão da prescrição  
em Direito Civil.**  
*(Uma visão atualística)*

Dissertação apresentada para obtenção do Grau de Mestre  
em Direito na vertente de Ciências Jurídico-Privado  
Mestrando: Pedro Miguel Cândido de Vasconcelos  
Orientador: Professor Doutor Agostinho Guedes

*Aos meus Pais que sempre me apoiaram.*

*Ao Chico e à Gina!*

*Não existe empreendimento mais custoso do que querer precipitar o curso  
calculado do tempo. Evitemos portanto dever-lhe juros.*

*In aforismos para a sabedoria da vida de Arthur Schopenhauer.*

*Agradeço a inteira e descomprometida disponibilidade  
do Prof.º Agostinho Guedes que desde o início  
ajudou-nos a elaborar o presente estudo.  
Igualmente se agradece a Biblioteca  
da Universidade Católica do  
Polo do Porto.*

**Resumo** – As causas de suspensão da prescrição surgem como um paliativo ao efeito da prescrição, nesse sentido dedicamo-nos ao seu estudo e crítica histórica, legislativa e a nível de direito comparado, mormente com as legislações que mais influenciam o nosso ordenamento jurídico – a Alemã no código civil alemão e a Italiana no Codice Civile. No fim do estudo hipotetizamos uma alteração legislativa quer a nível de alteração às causas já existentes ou perante um eventual acréscimo legislativo face a recentes mudanças legais na legislação alemã.

Palavras - chave: Prescrição, suspensão da prescrição, proteção de direitos.

## **Abstract**

The causes of suspension of the statute of limitations appear as a softening to the effect of the statute of limitations, in this sense we dedicate ourselves to its study in a historical, legislative and comparative law fashion, especially with the legislations that most influence our legal system - the German in the German civil code and the Italian Codice Civile. At the end of the study we hypothesized a legislative change either in terms of changing existing causes or in the event of a possible legislative increase in the light of recent legislative innovations in German law.

**Key Words:** Statute of limitations, suspension of the statute of limitations, protection of legal rights.



## **LISTA DE ABREVIATURAS.**

AAFDL – Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa

Ac. - Acórdão

Al. – Alínea

Apj – apoio judiciário

Art. - Artigo

A. - Autor

B.G.B - Bürgerliches Gezetz Buch

BMJ – Boletim do Ministério de Justiça

C.C. – Código Civil

Cfr - Confira

C.I.R.E. – Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas

C.J. – Coletânea Jurisprudência

C.P. – Código Penal

C.P.C. - Código Processo Civil

C.P.P. – Código Processo Penal

C.R.P. – Constituição da República Portuguesa

C.S.C. – Código das Sociedades Comerciais

Cod. Civil – Code Civil Francês

Cod. Civile – Codice Civile Italiano

Cod. Seabra – Código de Seabra

C.T. – Código do Trabalho

Dec. - Decreto

Dgsi - Direção-Geral dos Serviços de Informática

D.l. – Decreto-lei

D.R. – Diário da República

Ed. – Edição

Ed<sup>a</sup> – Editora

Et al. – E outros

I.e. – Isto é.

L. – Lei

M.P. – Ministério Público

Nda – Nota do Autor

NATO - Organização do Tratado do Atlântico Norte

Nt. – Nota

ONU – Organização das Nações Unidas

Op. Cit. – Obra citada

P. – Página

P.e. - Por exemplo

Proc. - Processo

Pp. – Páginas

Ss. – Seguintes

S.T.J. – Supremo Tribunal de Justiça

S.T.A. - Supremo Tribunal Administrativo

R. – Réu.

Res. - Responsabilidades

RL – Tribunal da Relação, terminação P – Porto, G – Guimarães, LX – Lisboa

RLJ – Revista de legislação e jurisprudência

ROA – Revista da Ordem dos Advogados.

T. – Tomo

T.C. – Tribunal Constitucional

Trib. – Tribunal

Trib. Cassazione – Tribunal de Cassação Italiano

Vd. – Vide

Vol. – Volume.

ZGB - Schweizerisches Zivilgesetzbuch – Código civil Suíço

## Índice

Página de Rosto	3
Dedicatória	4
Epigrafe	5
Agradecimentos	6
Resumo	7
Abstract	8
Lista de Abreviaturas	9
Índice	11
Introdução	14
A – Definição de prescrição	15
A.1.1. – Elemento Histórico	16
I – Direito Romano	16
II – Nas ordenações	17
III – No Código de Seabra	19
A.1.2. – Elemento legislativo	20
A.2. – Distinção de outras figuras	21
A.2.1. – Entre prescrição e caducidade	21
A.2.2. – Entre prescrição e não uso	24
A.3. – Definição de suspensão da prescrição	25
A.3.1 – Distinção entre suspensão e interrupção	26
A.3.2. – Exemplos práticos	27

Caso de suspensão	27
Caso de interrupção	28
B – Direito Comparado – Breves referências	29
B.1 - No Codice Civile italiano	29
B.2 – No Code Civil francês	31
B.3 – No B.G.B.	33
C – Crítica ao nosso ordenamento jurídico	35
C.1. – Elencar das causas suspensivas no Código Civil	35
C.1.2. – Crítica das causas previstas no Código Civil	36
C.1.3. – Causas de suspensão da prescrição avulsas no código civil e em legislação extravagante	47
C.1.3.1 – Crítica às causas avulsas previstas no Código Civil e em legislação avulsa	47
I – O art.º 327º n.º1 e 3 do Código Civil	47
II – O caso residual do art.º 2308º n.º 3	49
III – O art.º 100º do C.I.R.E.	50
IV – O art.º 33º n.º4 da Lei 34/2004 de 29/07	50
C.2. – Necessidade de Alteração?	50
C.2.1 – Face às necessidades modernas de uma sociedade sempre em movimento	51
C.2.2. – Face ao Direito Comparado	53

Conclusão	55
Bibliografia	57

## Introdução

Consideramos que o tema escolhido tem um interesse científico e acadêmico mas, também prático para os profissionais forenses. Ainda que seja a matéria substantiva a nível de exceções perentórias – no âmbito do C.P.C. de 2013 tem, claramente um interesse adjetivo a nível da “contra defesa” do A. à arguição da prescrição por parte do R. na contestação ou de modo preemptivo na petição inicial onde pode já alegar porque considera o prazo prescricional suspenso ou esteve suspenso. A suspensão do prazo prescricional, na nossa ótica, é um ajuste do legislador entre a óbvia necessidade constitucional e, até, internacional, de os cidadãos terem direito a que os seus processos sejam resolvidos num prazo equitativo e razoável; e os interesses particulares, de modo a acautelar os seus direitos - reais ou obrigacionais - sobretudo com maior pertinência nos prazos prescricionais mais curtos como os de dois anos ou de seis meses.

Este tema versará não só sobre a descrição do *status quo* legislativo português mas também nas legislações europeias que mais influenciam a nossa doutrina e jurisprudência.

Por fim, debruçar-nos-emos, se nos permitirem o arrojo, numa construção crítica à legislação existente, positiva ou negativamente, e na eventual necessidade de criar novas causas de suspensão.

## A – Definição de Prescrição

O dicionário da Porto Ed<sup>a</sup> <sup>1</sup> define a prescrição no sentido jurídico como o-  
“*meio pelo qual se adquirem direitos reais através da posse (prescrição positiva ou aquisitiva - usucapião), ou se extinguem obrigações por não se exigir o seu cumprimento durante um certo lapso de tempo (prescrição negativa ou extintiva)*”.

Por outro lado, Almeida Costa<sup>2</sup> definindo como uma causa de extinção de obrigações<sup>3</sup>, (tal como a dação em pagamento, compensação e outras causas) mas não só<sup>4</sup>, efetuando-se, também face a outros direitos., p.e, alguns direitos reais, usualmente direitos reais de garantia e de aquisição<sup>5</sup> – vd. art.298/3<sup>67</sup> por isso vem regulada na parte geral e não apenas no livro II – direito das obrigações.

Menezes Leitão, aponta que “ocorre a prescrição quando alguém adquire a possibilidade de se opor ao exercício de um direito, em virtude de este não ter sido exercido durante um determinado lapso de tempo (art.304/1). A prescrição é, por isso, juridicamente qualificável como uma exceção, na medida em que permite ao seu titular paralisar eficazmente um direito da contraparte”<sup>8</sup>.

Pais de Vasconcelos, “A prescrição resulta da desvalorização da inércia do titular no exercício do Direito Tem também uma utilidade importante de dispensar o devedor de cumprir, depois de esgotado o prazo legal. Se fosse permitido ao titular do Direito vir a exercê-lo sem limite de tempo, criar-se-ia uma enorme insegurança no tráfico

---

<sup>1</sup> In [www.infopédia.pt](http://www.infopédia.pt).

<sup>2</sup> Mário Júlio de Almeida Costa – Noções de Direito Civil, 3ª Ed, p.325 e ss.

<sup>3</sup> Antunes Varela – Das Obrigações em geral, vol., II, 7ª Ed., rev. e atualizada, reimpressão, p.169, nt.1, defende que a prescrição é uma exceção processual mas defende que não é verdadeiramente uma *causa extintiva*.

<sup>4</sup> Cit. prévia p.316, § 1º/2º.

<sup>5</sup> A. Menezes Cordeiro, Direitos Reais, vol. II, 1ª edição, pp.789 e ss.

<sup>6</sup> *Maxime* a promessa de alienação ou oneração nos termos do art.413, vd. Pires de Lima e Antunes Varela vol. I, 4ª Ed. rev. e atualizada, nt. 2, ao art.298/3, p.273 § 2º.

<sup>7</sup> *Infra* quando se refere a uma norma a mesma é atinente ao C.C, exceto quando indicação expressa da norma ou corpo de leis que não o C.C.

<sup>8</sup> Luís Menezes Leitão, Direito das Obrigações, Vol. II, 8ª Ed, p.111.

jurídico”<sup>9</sup>. O Autor aponta ainda “ é um efeito jurídico da inércia prolongada do titular do direito no seu exercício, e traduz-se em o direito prescrito sofrer na sua eficácia um enfraquecimento consistente em a pessoa vinculada poder recusar o cumprimento ou a conduta a que esteja adstrita”.

Considerando e definindo-a como uma exceção perentória e um instituto em que a parte demandada pode recusar legítima e legalmente um exercício de um direito de um terceiro desde que este não seja exercido durante um certo tempo. Distinguindo<sup>10</sup>, entre a prescrição extintiva – art.300 e ss., e a aquisitiva, com a nomenclatura hodierna de usucapião – vd. arts.1287 a 1301.<sup>11</sup>

### **A.1.1. – Elemento Histórico**

Assim, a prescrição em direito civil, não obstante ser absolutamente pacífica a sua definição, haverá que enquadrar a sua etimologia de raiz latina – desconstruindo a palavra em duas partes – pre advém do sufixo *prae* – (antes, prévio) e scrição resulta da palavra *scribere* – (escrever) – i.e, algo que já está escrito.

### **I – No Direito Romano**

Em tempos da república romana e no início do império<sup>12 13</sup> a prescrição não significava, primitivamente, a aquisição ou perda de um direito nem de dispensa de pagamento de uma dívida com o decorrer do tempo mas tão-somente uma restrição que o pretor prescrevia ao juiz em matéria de reivindicações dos cidadãos, cuja restrição apontava o seguinte: ”*ea res agatur, cuius non est possessio longi temporis*” – ou seja, e *grosso modo*, o assunto já está tratado, a menos que haja posse com muito tempo, in Francesco Bonomi - Vocabolario Etimologico della Lingua Italiana – trabalho disponível *online* no sítio <http://www.etimo.it/>.

---

<sup>9</sup> Pedro Pais de Vasconcelos, teoria Geral do Direito Civil, 5ª Ed, pp.380 e ss.

<sup>10</sup> Cit. obra referida na nt. 2, p.326 §2º.

<sup>11</sup> *Ex vi* ponto A.2.

<sup>12</sup> *Circa* 27 A.C.

<sup>13</sup> Contrariamente ao tempo da república onde existia uma intemporalidade do direito de ação, cfr., SAVIGNY, *Traité de Droit Roman*, traduit par M.C.H.Guenoux, Tome V, Paris, 1846, p.292, disponível em linha no sítio <http://gallica.bnf.fr>.



O fundamento jurídico deste instituto, nos tempos romanos, aparece “*na sua origem [da prescrição] residiam imperiosas exigências da vida jurídica, que aconselhavam o estabelecimento de prazos máximos e de limites temporais ao exercício dos direitos*”<sup>14</sup>, que foi consubstanciado no velho brocardo latino – *dormientibus non socurrit jus* – o direito não socorre os que adormecem<sup>15</sup>. E do ponto de vista moral sustentava-se a prescrição como o *impium remedium* ou *impium praesidium*<sup>16</sup>.

## II – Nas Ordenações

Historicamente no ordenamento jurídico português, a suspensão da prescrição surge em 1<sup>o</sup><sup>17</sup> lugar nas ordenações Afonsinas - 1<sup>a</sup> coletânea de leis coligidas em 1446 por el-Rei Dom Afonso V, no seu livro três, capítulo VIII (nda: numeração romana retirada *ipsis verbis* das Ordenações – a numeração romana mais correta seria IX).

Falava-se de quem não podia ser citado nem citar por causa dos ofícios “que o Juiz ordinairo temporal, que conhece dos feitos crimes, ou Civees de grande Contia, nom pode citar, ou ser citado durante o tempo do seu officio”. Neste ponto existe mais um privilégio do que uma suspensão da prescrição *ex proprio*, interpretação confirmada no próprio preceito “*salvo se a aução que elle quisesse tentar contra outrem, ou outrem contraelle, fosse tal, que poderia perecer, não sendo intentada no seu tempo do seu officio; ca em tal caso poderá o juiz citar, e demandar, e ser citado*”.

Porém, na nossa visão, ao considerar que a contestação perpetua a ação – cria-se uma suspensão da prescrição no sentido próprio da palavra - “*até ser a data aução perpetuada per contestação, polo Autor não perder seu direito per mingua da dita citação*” – Efeito que igual modo surge, atualmente, no art.327/1.

---

<sup>14</sup> Cfr. Ana Filipa Morais Antunes - Prescrição e Caducidade - anotação aos arts.296 a 333 do Cód. Civil “O tempo e sua repercussão nas relações jurídicas”) p.17.

<sup>15</sup> Cfr. Manuel Augusto Domingues de Andrade, Teoria Geral da Relação Jurídica, p.465, e Carvalho Fernandes, Teoria Geral do Direito Civil, II, p.686

<sup>16</sup> Vd. nt.15, p.466.

<sup>17</sup> Estas ordenações coligiram já uma lei de Afonso III segundo a qual a prescrição não ocorria entre irmãos.

Quanto à prescrição estava prevista no livro IV título CVIII, onde no 2º§ e 3º§ se dá conta duma lei de Dom Diniz de 1339 a estabelecer um prazo geral prescricional de dez anos

No que concerne às Manuelinas, datadas de 1513, coligidas pelo El-Rei D. Manuel I, este preceito nos seus precisos termos desapareceu, mantendo-se apenas os privilégios, p.e. dos embaixadores, vd. Livro três, Título três, quanto à prescrição estava prevista no Livro IV título 90.

Por fim, no que diz respeito às Filipinas de 1595, ratificado em 1603 e cuja vigência se estendeu até ao C. Civil de 1867, coligidas por Filipe I de Portugal. O preceito existente ao tempo das ordenações afonsinas surge de novo no livro três, título IX – *Dos que não podem ser citados por causa de seus officios, pessoas, lugares, ou por alguma outra causa.*

O título IX mantém os privilégios de juiz que não pode ser citado enquanto manter o seu ofício, vd. a primeira parte desta norma. Porém, de modo inovatório, no ponto n.º 1 surge, então, uma suspensão a favor dos pais, por filho ou descendente mesmo emancipado, *”sem primeiro impetrarem licença ao juiz que da causa houver de conhecer”*. – Cujas ligação histórica se pode fazer com o atual art.318 al. b).

No n.2 surge a proibição de citação entre familiares, mormente, pai adotivo e adotante, sogros pelo genro, ou nora, padrasto e madrasta pelos enteados, enquanto durar a afinidade – aqui na nossa ótica estamos perante uma suspensão pois findo a afinidade o R. pode ser citado, ou também ao ponto um, sem que se obtenha licença do juiz ou o próprio citado quiser responder *“Porém, se o dito citado, por sua vontade quizer responder, e não requerer, que se anulle a citação e autos, por ella feitos, serão valiosos, porque em tal caso parece aprovar a dita citação e autos”*.

O n.3 acrescenta-se uma exceção à proibição de o filho citar o pai, quando aquele tiver 25 anos, e pai e tiver pecúlio castrense adquiridos em ato de guerra, letras ou doação real. Nos n.4 e 5 não estão no escopo do presente estudo. Todavia, no 6º já se pode fazer uma conexão com a legislação e efetivar uma ligação histórica com o atual art.318 al. b), no excerto da relação tutor-tutelado, curador e curatelado, procurador-mandatário, e feitor e o gerido. Nestes casos - “e o filho, ou liberto em seu próprio nome

o quizer citar, e demandar por cousa que pertença àquelle, cujo Tutor, Curador, Procurador, Feitor, o Pai, ou patrono fôr, não o poderá fazer”.

Sem dúvidas, na nossa visão da norma, há um paralelismo cristalino com a atual norma do art.318 al. b) só em vez de se afirmar que a prescrição não corre nas supra referidas relações.

### **III - No Código de Seabra<sup>18</sup>.**

As ordenações Filipinas vigoraram no ordenamento jurídico nacional até meados de século XIX quando a prescrição dos direitos civis surge no Código de Seabra – o 1º código civil português – aprovado por carta de Lei de 1 de Julho de 1867. Neste código a suspensão e interrupção da prescrição estavam previstas na secção IV, subsecções I e II respetivamente.

Face à suspensão, previa o art.549 do C. Seabra como 1ª causa que a prescrição “*não corre contra menores e dementes, enquanto não tiverem quem os represente ou administre os seus bens*” – matéria que hoje se encontra prevista no art.320.

No art.550 assistiu-se, visto que exemplifica os arts. em que é excecionada a suspensão – as presuntivas de prazos mais pequenos face ao prazo geral do art.535, 20 ou 30 anos, dependendo da boa-fé; a uma melhor explicação da matéria da suspensão da prescrição face a menores e dementes do art. 320/2/3 do C.C bem como uma sequência de cláusulas explanadas no art.318 – causas bilaterais de suspensão. No art. 551 do C. Seabra concretizou-se um elencar de cláusulas previstas hoje no art.318 – causas bilaterais de suspensão, onde não corria a prescrição entre casados; tutelados e administrados face aos tutores e administradores; entre terceiros e mulheres casadas, causa que hoje inexistente face ao princípio da igualdade de género entre cônjuges; os ausentes do *Reyno* em serviço pela nação – menção aos cargos diplomáticos; face aos militares em serviço efetivo quer na pátria quer no ultramar e mesmo fora do *Reyno* - correlativo hoje ao art.319/l, com a exceção dos prazos mais curtos de cinco, três, dois e seis meses, previstos nos arts.538, 539, 540, 541 e art. 543.

---

<sup>18</sup> Assim chamado por causa do 1º Visconde de Seabra - António Luís de Seabra e Sousa, ao tempo juriconsulto prestigiadíssimo, que também foi juiz Desembargador da Rl. Porto e mais tarde juiz conselheiro no S.T.J. reitor da universidade de Coimbra que foi incumbido de elaborar o C.C. de 1867 pelas Cortes Reais.

Por fim, em 6º lugar, em semelhança ao art.322, entre a herança e o herdeiro a título de inventário enquanto este não se concluir.

### **A.1.2 – Elemento legislativo.**

Na essência e economia do presente estudo está o lado civil *strictu sensu* do nosso ordenamento jurídico, desse modo, apenas se fará referência a normas e códigos da área civil, apesar de na área laboral, comercial, penal existirem diversas causas legais de suspensão da prescrição.

Legalmente, a prescrição está ínsita nos arts.300 a 327 e seguintes do livro I do C.C, em abono da verdade a prescrição é tratada já no art.298 onde o legislador a distingue face à caducidade e o não uso.

Quanto à exceção de não cumprimento, arts.428 e ss, no 430 fala-se no sentido de prescrito um dos direitos, o titular ainda beneficia desta exceção, a menos que seja uma prescrição presuntiva, igualmente se refere à prescrição no art.498 por responsabilidade civil extracontratual. A prescrição de direito à restituição por enriquecimento sem causa, vd. art.482.

No que concerne às obrigações solidárias, vd. arts.521 e ss., aqui com referência já à suspensão e interrupção. Bem como no art.530, na relação entre credores que já usufruem da prescrição e os que, devido à suspensão e interrupção da prescrição, não beneficiam, e o devedor. Na fiança o art.636/2 explica-se os efeitos entre o afiançado e o fiador no que diz respeito à suspensão da prescrição; por fim explica os efeitos da renúncia à prescrição entre ambos, nos termos do art.730 al. b) - a hipoteca extingue-se por prescrição, no âmbito do art.850, quanto a créditos prescritos e a compensação.

Quanto à prescrição aquisitiva, vulgo usucapião, manda o legislador ordinário aplicar *mutatis mutandis* a base normativa da suspensão e interrupção da prescrição prevista nos arts.300, 302, 303 e 305. Face ao direito de superfície e a sua extinção vd. arts.1536 e 1537, onde respetivamente no seu n.3 e n.2 se manda aplicar as regras da prescrição, porém, este direito real não prescreve, apenas pode-se extinguir pelo não uso, nos termos do art.298 n.3.

Por fim, no C.C. e no que se trata da nulidade e anulabilidade de testamentos e disposições testamentárias – vd. art.2308/3, que manda aplicar as regras da suspensão e interrupção.

## **A.2. – Distinção com outras figuras.**

Aqui serão enfocadas as causas de extinção de direitos, vd. Mota Pinto<sup>19</sup>, mormente, entre a prescrição e a caducidade e o não uso de um direito.

### **A.2.1 – Entre Prescrição e a caducidade.**

A maioria da doutrina<sup>2021</sup> destrinça estas duas figuras em três pontos fulcrais.

A saber:

“ I - Quando exista um prazo especial, legalmente atribuído para o exercício de um direito, ou, então, exista um prazo estabelecido pela própria vontade das partes contraentes estar-se-á perante a figura da caducidade<sup>22</sup>, ou seja, o prazo está à disposição das mesmas<sup>23</sup>, excepto quando a respectiva norma aponte *expressis verbis* para a figura da prescrição<sup>24</sup>.

II – Nos casos em que não exista prazo especial formado nos termos expostos em I, haverá, então, prescrição excepto quando o direito seja insusceptível de prescrever, como nos direitos reais expressamente referenciados no art. 298/3<sup>25</sup>.

---

<sup>19</sup> Carlos Alberto Mota Pinto- teoria geral do direito civil, 3ª ed. atualizada, pp.374 e ss.

<sup>20</sup> Mário Júlio de Almeida Costa op.cit. pp.327 e 328.

<sup>21</sup> José Dias Marques afirma que “a prescrição «mata» o direito, enquanto na caducidade é o direito que «morre»” – cfr. Noções Elementares de Direito Civil, 7ª ed. 1992, p.118.

<sup>22</sup> Ou preclusão de um direito Mário Júlio de Almeida Costa, Direito das Obrigações, 7ª Ed. rev. e atualizada (reimpressão) p.1006 §1º.

<sup>23</sup> “Em regra, a vontade das partes é determinante no sentido da constituição e da extinção das relações jurídicas. A aquisição e perda dos direitos, depende, em regra, da vontade dos adquirentes e perdentes, por si ou conjugadas com outras vontades” in João de Castro Mendes, Direito Processual Civil – Lições, vol., I. p.210.

<sup>24</sup> “E ao contrário da outra, a caducidade opera com prazos cegos, valorativamente neutros” (cfr. M. Andrade, op. cit. pp.445 e 446;

<sup>25</sup> Vd. Ac. RI Lx. 15/03/1974, BMJ n.235, p.337.

III – A prescrição não poderá ser conhecida ex officio<sup>2627</sup> pelos tribunais cíveis quando uma das partes a não invoque de modo correcto<sup>28</sup>, vd. art.303, 1ª parte e 579 do C.P.C.” – normalmente hoje na contestação<sup>29</sup> – arts.569, 571, 572º e 573 do C.P.C.

Há jurisprudência<sup>30</sup> que aponta que a caducidade tem, usualmente, prazos curtos visto que a mesma concentra-se tão-somente em considerações de certeza e segurança jurídica que causam a perda da titularidade do direito e sobretudo levam à sua extinção, logo os litígios que se baseiam em caducidade devem ser celeremente resolvidos.

Pelo contrário, a caducidade tem que ser apreciada oficiosamente<sup>3132</sup> pelo tribunal nos termos do art.333, e adjetivamente constitui, tal e qual como a prescrição, uma exceção perentória<sup>33</sup>– art.579 do C.P.C. - “O tribunal conhece oficiosamente das exceções perentórias cuja invocação a lei não torne dependente da vontade do interessado” - confirmando a obrigação legal do conhecimento oficioso pelos tribunais – 573/2”. Depois da contestação só podem ser deduzidas as exceções, incidentes e meios de defesa que sejam supervenientes, ou que a lei expressamente admita passado esse momento, ou de que se deva conhecer oficiosamente”- sublinhado nosso - devendo

---

<sup>26</sup> Vigorando o princípio do dispositivo, que está previsto no art.3/1 e 264/1 do C.P.C. que consagra o velho princípio romano - Ne procedat iudex ex officio; nullum iudex sine actore, vd. A. Varela, *et al*, p.7, i.e, cumpre às partes pedirem ao juiz os seus efetivos e concretos pedidos, não podendo aquela sobrepor-se à vontade das partes.

<sup>27</sup> Vd. Ac. RI. P. 10/01/2008 (Joana Salinas) proc. n.0734846 in dgsi.pt – “O princípio dispositivo significa que as partes dispõem do processo como da relação jurídica material, sendo o processo visto como um negócio das partes e limitando-se o juiz a controlar a observância das normas legais”.

<sup>28</sup> Contrariamente ao direito tributário, vd. art. 175. C.P.P.T: “A prescrição ou duplicação da coleta serão conhecidas oficiosamente pelo juiz”.

<sup>29</sup> Com efeito, a prescrição pode ser invocada por meio de uma ação (*p.e.* no contexto de uma ação de simples apreciação negativa, se o autor da petição inicial desejar beneficiar da prescrição) vd. Ac. S.T.J. 25.02.1993 (Sampaio da Silva) proc. n.082830 in dgsi.pt

<sup>30</sup> Vd. Ac. de fix. Juris. 2/97, 30.01.97, do S.T.J. (Ramiro Vidigal) publicado no DR 25/97 SÉRIE I-A de 1997-01-30.

<sup>31</sup> Dentro do princípio do inquisitório – o juiz no âmbito do art.264/3 do C.P.C. já tem o poder-dever de tomar iniciativa, *p.e.* inquirir testemunhas com perguntas próprias, de *per se* nas questões que *ex lege* pode tomar conhecimento no sentido de apurar a verdade material dos factos.

<sup>32</sup> Vd. Ac. RI Lx 02/03/2010 (Pires Robalo) proc. n. 99846/08.1YIPRT.L1-7 in dgsi.pt - “I – O princípio do inquisitório tem por objectivo superar insuficiências de alegação e de prova das partes, mas move-se dentro dos limites fixados pelo dispositivo”. “II – Tal princípio não descaracteriza, nem invalida, o princípio base do processo civil e que é o de que o impulso processual compete às partes em toda a sua extensão, nomeadamente no tocante à indicação e realização das diligências probatórias”.

<sup>33</sup> Exceção material – vd.. art.847 n.1 a) que se baseia “numa falta ou vicissitude advindas da relação substantiva inter-partes, como a invalidade, a resolução, a revogação ou a denúncia do contrato, a prescrição e a caducidade” – sublinhado nosso – vd. Varela, *et al* op. cit. p.298, 1º §.

ser conhecido até à audiência prévia, art.591/1 al. B) do C.P.C., ou não existindo esta diligência, por não ser admissível, art.592 do C.P.C., ou porque o juiz titular do processo prescindiu da mesma – vd. art.593 do C.P.C., até à prolação do despacho saneador – art.595 do C.P.C.

Excecionalmente, nos termos dos arts.588/589 do C.P.C., poderá ser alegada a existência de factos extintivos supervenientes de um direito – ou seja que se verificaram somente após a fase dos articulados - petição inicial, contestação e hoje, de modo deveras residual na réplica; em novo articulado, até a marcação de audiência de julgamento, até mesmo depois de marcada a audiência – art.589/1 do C.P.C.

Outra doutrina<sup>34</sup>, acrescenta outras duas diferenças, mormente, e com toda a propriedade, à caducidade, diferentemente da prescrição, não se podem aplicar causas de suspensão ou interrupção – art.328, exceto quando a própria lei determine<sup>35</sup> *maxime* quanto à suspensão e interrupção da caducidade, vd. art.2308/3.

Por fim, M. Pinto<sup>36</sup>, defende que a caducidade só é travada com a prática do ato – art.331; pelo contrário, a prescrição é interrompida pela citação ou a notificação judicial avulsa ou um ato judicial que declare de modo cristalino ou tácito a real intenção do titular do direito de o exercer.

Heinrich Ewald Hörster<sup>37</sup> aponta ainda, que o direito prescrito continua a existir - a chamada dívida/obrigação natural vd. art.402 - não pode ser judicialmente cobrado, em sentido oposto, a caducidade faz com que o direito que a parte era titular deixe de existir. O autor<sup>38</sup> entende que quando a caducidade exista *ex lege*, efetivamente não há dúvida, o tribunal oficiosamente tem que tomar conhecimento sob pena de nulidade de pronúncia – art.615/1 al. d) do C.P.C., gerando nulidade de sentença. Porém, quando a caducidade é convencional, esta tem que ser invocada pela parte que quer arguir a caducidade, constituindo uma exceção perentória - arts.576 e 579 do C.P.C. e o seu

---

<sup>34</sup> Vd autor nt. 22, ps.374/ 375.

<sup>35</sup> P.Lima e A.Varela, op. cit. p.294, comentário ao art.328 § 2º, admitem exceções convencionais inter-partes, vd. art. 330 n. 2 quanto à suspensão, quando subsistam dúvidas na interpretação da vontade das partes.

<sup>36</sup> Op. cit. p.375, 4º ponto.

<sup>37</sup> A parte geral do Código Civil Português – Teoria geral do Direito Civil, p. 215, §2º, n. à margem 353.

<sup>38</sup> Op. cit. p.215, §2º, n. à margem 353, *in fine*.

conhecimento pelo tribunal sem que as partes a invoquem gera nulidade de sentença por excesso de pronúncia - art.615/1 al. d) do C.P.C.

### **A.2.2. – Entre prescrição e não uso de um direito.**

H.E. Hörster<sup>39</sup> frisando o art.298/3 como o farol normativo desta causa de extinção de direitos, comumente conectados a direitos reais de gozo, imprescritíveis mas existindo mais exemplos - o art.1476/1 al. c), 1536/1 al. a) e o 1569/1 al. b).

O direito de propriedade não se extingue pelo seu não uso, apenas pode ser “perdido” pela prescrição aquisitiva – a usucapião, art.1287 e ss, assim, o não uso, o abandono do exercício de um direito durante um certo período de tempo leva a que o direito se extinga, autonomamente do motivo que lhe subjaz, p.e, o direito de servidão de passagem prevista no art.1550 e ss - extingue-se caso o seu beneficiário nunca o exercer durante um certo número de anos.

A. Costa<sup>40</sup> suporta a existência desta causa de extinção de direitos numa função social, sustentando a sua tese que a sociedade não suportaria a manutenção de um direito por muito tempo sem que o mesmo seja alguma vez utilizado, ou utilizado de modo escasso.

Tese que concordámos *in totum*, pois o direito de servidão de passagem é utilizado, regra geral, em relações de vizinhança, seria, por isso, incompreensível, um beneficiário da servidão “forçar” legalmente num tribunal o seu direito de passagem, para depois de constituído nunca o utilizar. Socialmente é um comportamento que não se pode aceitar, constituindo, na nossa ótica, abuso de direito nos termos do art.334 - violando o *fim social* desse direito, que é a boa e cordial vizinhança entre vizinhos. De igual modo, este autor<sup>41</sup>, acompanhado por outros<sup>42</sup>, distinguindo da prescrição defende o conhecimento *ex officio* por parte dos tribunais, nem se podem aplicar as causas de suspensão nem interrupção, existentes no regime da prescrição, nem de modo excecional como na caducidade no art.328, existindo, um regime particular face a esta.

---

<sup>39</sup> Op. cit. p.216 § 1º, n. à margem 354.

<sup>40</sup> Vd. supra nt. 12, p.1008, §2º.

<sup>41</sup> Vd. supra nt.12, p.1008, §3º.

<sup>42</sup> P.e. V. Serra, prescrição e caducidade, in BMJ, cit. n. 107, pp.163 e ss.



Por fim, P.Lima e A.Varela<sup>43</sup> defendem que quanto ao instituto do não uso se aplica o regime legal da caducidade.

### **A.3 – Definição de suspensão da prescrição.**

Suspensão - Acto ou efeito de suspender<sup>44</sup>, parar, deter, suster.

O C.C não define expressamente no que consiste a suspensão da prescrição, por isso teremos que apreender dos preceitos legais, entre o art.318 e 322 o conteúdo e definição da mesma.

A doutrina define-a, e começando por H.E. Hörster<sup>45</sup> que indica que juridicamente a suspensão da prescrição faz com que o período de tempo em que a suspensão se verificou não seja contabilizado para o prazo legal de prescrição. M. Pinto<sup>46</sup> afirma que ao vencimento do prazo prescricional é, deste modo, prorrogado ou soma-se a este o tempo do prazo suspensivo. D. Marques<sup>47</sup> refere que “a suspensão da prescrição traduz-se (...) no aparecimento dum facto ou duma qualidade que retira do prazo a sua relevância prescricional durante todo o seu tempo da sua duração. Uma vez desaparecida esta qualidade impeditiva o prazo volta a correr e na sua contagem conta-se aquele que decorreu antes do aparecimento da causa suspensiva com o que vai decorrer após a sua cessação. A estas qualidades impeditivas da prescrição dá-se o nome de causas de suspensão ou causas suspensivas da prescrição”.

R.C. Silva<sup>48</sup> justifica a suspensão como um paliativo face aos efeitos extintivos da prescrição do direito do credor, com fundamento em valores legais, sociais ou morais superiores ao mero interesse particular inter-partes, ou então, em cedência a outros institutos legais positivados no C.C, p.e, o casamento, a boa-fé, a família, a confiança em determinadas relações, determinadas situações que dificultem objetiva ou

---

<sup>43</sup> Op. cit. p.272 nt. 2, § 4º.

<sup>44</sup>Vd, Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha] 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/suspens%C3%A3o>.

<sup>45</sup> Op. cit. p.215, §1.

<sup>46</sup> Op. cit. p. 375, nt. rodapé 1.

<sup>47</sup> Prescrição extintiva, p. 95, Coimbra Edª 1953.

<sup>48</sup> In c.c. anotado da almedina, p388, nt. 3 ao art.318.

subjetivamente o acionamento oportuno do seu direito. Concluindo pelo contra balanceamento entre a sanção da inércia do credor – algo que o legislador muito deseja evitando acções judiciais e entupindo os tribunais – e a necessária proteção, por interesse público, de circunstâncias, ainda que temporárias, que impossibilitem ou tornem inexigível o exercício atempado dos direitos.

M. Andrade<sup>49</sup>, define ainda a suspensão como “em não se contar para o efeito da prescrição o tempo decorrido enquanto durarem certos factos ou situações, que são precisamente as causas suspensivas”. A prescrição, portanto, só não corre enquanto opera a causa suspensiva. O tempo decorrido antes soma-se o tempo decorrido depois da suspensão da prescrição. Diz-se que na suspensão prescrição está quiescente ou adormecida (*quiescit, dormit*) ”.

Por fim, V. Serra<sup>50</sup> define a suspensão como uma suposição que obsta à contagem desta. Define que enquanto subsistir a causa prescritiva, “a prescrição não corre (*praescriptio dormens*), quer estivesse já a correr, quer não”. Indicando ainda que, “o tempo decorrido enquanto essa causa se mantiver não se conta, portanto, para a prescrição; mas o tempo decorrido antes que essa causa surgisse é contado, juntando-se ao que decorrer depois de cessada ela”.

### **A.3.1 – Distinção entre suspensão e interrupção.**

H.E. Hörster<sup>51</sup> define a interrupção da prescrição como um ato mais gravoso para o decorrer do tempo da prescrição face à suspensão, pois inutiliza todo o tempo decorrido do prazo prescricional e só quando cessar o ato interruptivo, p.e. a citação, vd. art.323/1 e 219 do C.P.C. é que recomeça o prazo. Assim, sendo a interrupção da prescrição um ato deveras severo para a contagem da prescrição pois, quando esta ocorre o relógio prescricional volta ao ponto de partida, assim sendo e com inteira lógica, o legislador ordinário no C.C estabeleceu raros atos que consagram esse efeito de “bomba atómica”.

---

<sup>49</sup> Vd. nt.27 e p.455.

<sup>50</sup> Vd. V. Serra, op. cit, BMJ n.106, pp.141 e ss.

<sup>51</sup> Vd. nt.25.

De modo que, apenas a dita citação no preceituado no art.323, o compromisso arbitral – 324 e o reconhecimento do direito contra quem o titular do mesmo deseja exercer – 325, constituem causa interruptiva.

Bem como, a nível adjetivo, o legislador ordinário impõe sérios requisitos no itinerário processual nos autos antes sequer da citação ao R., pois tem inteiro conhecimento do seu efeito material, vd. arts.226, 227 e 558 do C.P.C., entre outros, podendo, aliás, a sua falta, acarretar a rejeição da petição inicial pela própria secretaria judicial.

### **A.3.2 – Exemplos de suspensão e interrupção da prescrição.**

Sem querer antecipar as causas legais de suspensão que infra serão listadas, *maxime* no ponto C.1 deste estudo, porém, é de todo o interesse exemplificar alguns casos de suspensão e interrupção para melhor explanação da matéria.

Assim;

**Caso A: Suspensão da prescrição** – X, particular vende, “em segunda mão” um frigorífico topo de Gama em um de Setembro de 2016 ao particular Y, a venda foi acordada em oito prestações, pelo valor total de €1000,00, com a 1ª prestação a vencer-se em um de Outubro desse ano.

X, militar de carreira, foi mobilizado de urgência para a KFOR<sup>52</sup> no 1º pelotão de infantaria mecanizada, entre Outubro 2016 a Abril de 2017. Deste modo, o prazo de prescrição é de cinco anos, nos termos do art.310 al. g), pois X não faz comércio como modo de vida e vendeu um objecto a Y que não é comerciante.

Chegados a um de Outubro de 2016 Y não paga, mesmo instado por X a pagar por carta registada com aviso de recepção. Nos termos do art.934 as restantes prestações venceram-se imediatamente no momento do incumprimento.

Assim, independentemente de questões de culpa do devedor, falta de cumprimento, impossibilidade do cumprimento ou mora de Y, qual o prazo máximo

---

<sup>52</sup> Kosovo force – Força de Paz organizada pela NATO, advinda da **Resolução 1244 de 10 de Junho de 1999** – mandata pela ONU, e o Acordo Técnico-Militar (MTA) entre a NATO e a República Federal da Sérvia em 1999, Portugal tem tido missões regulares desde 1999, sendo que a última data do período Outubro 2016 a Abril de 2017 através do 1º pelotão de infantaria mecanizada.

para X acionar judicialmente Y? dois de Outubro de 2018? Dois de Outubro de 2021? Ou seja, o prazo prescricional começa a contar a partir do momento que o Direito puder ser exercido – art. 306/1 – dois Outubro de 2016, contudo como –Y foi mobilizado pelo seu batalhão para fora do país entre Outubro 2016 a Abril de 2017, durante esse período, a prescrição – que corria contra ele - esteve suspensa no âmbito do art. 319 do C.C

De modo que, o prazo prescricional de cinco anos, que só se iniciou em dois de Abril de 2017 – data de retorno de Y ao território nacional – ficou suspenso durante os seis meses que esteve no Kosovo, terminando assim o prazo para X acionar Y em dois de Abril 2022<sup>53</sup>.

**Caso B – interrupção da prescrição** - A, particular decide vender um móvel nórdico de grande valor no mercado, cerca de €5000,00 a B, também particular, em 15 de Janeiro de 2000, levando este o bem imediatamente para sua casa.

B para pagar o preço promete pagar a A, em 15 dias porém, não pagou na apontada data – 30-01-2000, e mesmo depois de interpelado admonitoriamente a 15/02/2000, para pagar até 25/02/2000, nos termos do art. 808/1, nunca paga o preço a A, ficando definitivamente incumprida a obrigação e perdendo o A o total interesse no negócio.

Aqui não subsistem dúvidas que o prazo de prescrição é de 20 anos – prazo ordinário - no texto do art. 309. Desta forma, o A., tem até o dia 26/02/2020 para acionar judicialmente, citando B<sup>54</sup>.

Em 05/01/2020 A., por ter estado a trabalhar fora de Portugal entrega, através do seu mandatário, a competente petição inicial na secretaria do Tribunal competente, sendo B citado em 15/01/2020. Desta feição, como a citação interrompe, i.e. inutiliza o tempo já decorrido, vd. art.323/1 nasceu um novo prazo prescricional – que vai até 15/01/2040.

---

<sup>53</sup> Porém, sempre ter em atenção a impossibilidade se citar o R, no próprio dia da apresentação da petição inicial, deverá ser sempre feita 5 dias antes do fim do prazo – art.323/2, ou requerer a citação urgente nos termos do art.561 do C.P.C.

<sup>54</sup> Atenção ao art.323/2.

A interrupção do prazo prescricional tem bastante interesse processual e material especialmente nos prazos de seis meses, no caso de existir uma incompetência territorial do tribunal onde se apresentou a petição inicial, levar a uma absolvição de instância - art.278 C.P.C – mas vd, sobretudo o art.279/2 do C.P.C. - “Sem prejuízo do disposto na lei civil relativamente à prescrição e à caducidade dos direitos, os efeitos civis derivados da proposição da primeira causa e da citação do réu mantêm-se, quando seja possível, se a nova ação for intentada ou o réu for citado para ela dentro de 30 dias a contar do trânsito em julgado da sentença de absolvição da instância”. Salvando *in extremis* o direito do autor.

Porém, o A, apenas pode beneficiar uma única vez da interrupção pela citação<sup>55</sup>, pois na nossa ótica, a admissibilidade de sucessivas interrupções criava um fator de insegurança e desconfiança na ordem jurídica o que pode ser problemático a nível de dimensão normativa-constitucional do art.2 da C.R.P<sup>56</sup>, pois poderíamos estar a transformar um prazo de vinte num de 60 ou 80 anos.

Por outro lado, esta limitação interpretativa em conceder apenas uma única interrupção por efeito da citação pode produzir problemas sérios ao direito em acionar com sucesso os devedores – sobretudo nos prazos prescricionais de seis meses, art. 316 e possivelmente nos prazos de dois anos, art.317, no caso de surgir existir outra incompetência material, territorial ou outras exceções dilatórias que levem à absolvição de instância, arts.378, 576 e 577 todos do C.P.C.

## **B – Direito Comparado**

### **B.1 – No codice civile italiano**

Promulgado em 16/3/1942 pelo Dec. Real n.262 do Rei Vítor Emanuel III, ou seja datado do tempo da monarquia fascista, entretanto reformulado e alterado por diversas vezes excisando as influências fascistas. Tem uma estrutura nova face ao código de 1865 - semelhante ao *Code Napoléon*.

---

<sup>55</sup> Vd. Ac. Rl. G. 27/06/2017, proc. n. 4211/15.6T8VCT.G1 (Eduardo Azevedo) in dgsi.pt

<sup>56</sup> Vd. Ac. do Pleno do S.T.A. de 13/11/2007 (*António São Pedro*) proc. n.0164A/04 in dgsi.pt - “Os citados princípios da segurança jurídica e da protecção da confiança assumem-se como princípios classificadores do Estado de Direito Democrático, e que implicam um mínimo de certeza e segurança nos direitos das pessoas e nas expectativas juridicamente criadas a que está imanente uma ideia de protecção da confiança dos cidadãos e da comunidade na ordem jurídica e na atuação do Estado”.

O cod. civile está consubstanciado em 6 livros. Destarte, quanto à parte que nos interessa a suspensão da prescrição teremos que ir à livro VI, onde se consagra nos arts.2941 a 2942.

Primeiramente, no art.2941 surge as causas por relacionamento entre as partes – “*per rapporti tra le parti*”, de modo similar ao art.318 - causas bilaterais da suspensão.

Ponto 1) – entre os conjuges; ponto 2) – entre quem exerce o poder paternal, hodiernamente responsabilidades parentais<sup>57</sup>, os progenitores que reconheçam os filhos, e os que estão sujeitos a este poder<sup>58</sup>; 3) – Tutor e o menor ou o interditado sujeito à tutela até a aprovação das contas finais, excetuando o disposto no art.387 do C. Civile – prescrição das ações relativas à Tutela; 4) – Entre o curador e o menor ou inabilitado; 5) –entre o herdeiro e a herança aceite a título de inventário; 6) – Entre as pessoas cujos bens foram e ainda estejam sujeitados por lei ou por ordem judicial à administração de outrem e daquelas pessoas que exercem a referida administração, até que a conta tenha sido prestada e aprovada de modo definitivo; 7) – entre as pessoas jurídicas e os seus administradores, enquanto se mantiverem no seu cargo por ações de responsabilidade contra estes<sup>59</sup>; 8) – entre o devedor que dolosamente ocultou o a existência do crédito e o credor até que o dolo seja descoberto.

Quanto ao art.2942 – Suspensão por causa ou a favor das condições do titular do direito ou causas unilaterais de suspensão – similar aos arts.319 e 320 do nosso C.C.

No ponto 1) – A prescrição suspende-se face aos menores não emancipados e os interditos por anomalia psíquica durante o tempo que não tenham representante legal e nos seis meses posteriores à nomeação do representante, ou face à cessação da incapacidade.

No ponto 2) - Em tempo de guerra face aos militares e aqueles que pertencem às forças armadas do estado bem como aqueles que se encontram por razões de serviço na

---

<sup>57</sup> Veja-se a nomenclatura da L.5/2017 que regula as res. parentais e alterou os arts. 1909., 1911. e 1912 do C.C.

<sup>58</sup> Alterado pelo D.L. n.154 de 28/12 de 2013, em vigor desde 07/02/2014.

<sup>59</sup> O T.C. Italiano em Ac. de 24/7 /1998, n. 322, declarou a interpretação inconstitucional do presente número na parte em que não prevê que a prescrição fica suspensa entre a sociedade em comandita e seus gestores/administradores, enquanto estes estiverem no cargo, pelas ações de responsabilidade contra eles.

sobre a alçada das próprias forças armadas, durante o tempo indicado pelas disposições das leis de guerra.

## **B.2 – No code civil francês.**

Também chamado código napoleónico em homenagem ao Napoleão Bonaparte que promoveu reformas legais em França, assim em 1804 surge o Code Civil.

Com mais influências do direito românico, mormente, do Codex Iuris Civilis, do Imperador Justiniano do século VI, do que do direito francês medieval e dos inícios da idade moderna.

Destarte, face à suspensão está prevista no livro III, título XX, capítulo V, secção I, secção II nos arts.2233 e ss. Com maior precisão, na secção II consagram-se causas de dilação no tempo da contagem da prescrição e causas de suspensão, o que faz todo o sentido pois são conceitos diferentes, naquele o prazo prescricional nem sequer começa a contar neste conceito<sup>60</sup>, o prazo de prescrição iniciou-se mas devido a uma causa foi suspenso.

Deste modo, no art.2233 a prescrição não corre nas seguintes causas:

1ª - Face a um título de dívida/crédito que depende de uma condição, até que a condição se verifique; 2ª – Face a uma ação de garantia face ao despejo ou desapossamento do bem comprado num contrato de compra e venda; 3ª – Perante um título de dívida/crédito que dependa de um termo enquanto esse termo não ocorrer.

No art.2234 - A prescrição não corre ou é suspensa contra a pessoa que é incapaz de agir como resultado de um impedimento resultante da lei, convenção ou força maior.

No art.2235 - A suspensão não corre ou suspende-se contra os menores não emancipados e os maiores em tutela, exceto para as ações para cobrança ou recuperação de salários, pagamentos anuais<sup>61</sup>, pensão alimentícia, rendas, alugamentos, taxas de aluguel, juros dos montantes emprestados e, geralmente, ações para cobrança pagamentos anuais ou em prazos periódicos mais curtos.

---

<sup>60</sup> Vd. A.3.

<sup>61</sup> P.e. uma prestação mensal de um telemóvel.

No art.2236, a prescrição não corre entre cônjuges bem como entre parceiros civis unidos de facto<sup>62</sup>. No conteúdo do art.2237 – a suspensão não corre ou está suspensa entre o herdeiro que aceita os ativos líquidos, em relação aos créditos que ele tem contra o património hereditário.

No art. 2238 - norma de leitura difícil e hábil - prescrição está suspensa a partir do dia em que, após a ocorrência de um litígio, as partes concordam em recorrer à mediação ou conciliação ou, na falta de acordo por escrito, a partir do dia da primeira reunião de mediação ou conciliação. A prescrição também é suspensa a partir da conclusão de um acordo de participação ou do acordo do devedor encontrado pelo oficial de justiça para participar no procedimento previsto no art.125/1 do C.P de execução civil.

A contagem do prazo prescricional é retomado por um período nunca inferior a 6 meses a contar da data em que uma ou ambas as partes ou o mediador ou conciliador declararem que a mediação ou a conciliação terminaram. No caso de um acordo de procedimento participativo<sup>63</sup>, o prazo final da prescrição começa a correr, novamente, a partir do final do contrato<sup>64</sup>, por um período nunca inferior a seis meses. Em caso de falha do procedimento previsto no mesmo artigo, o prazo de prescrição começa a correr de novo a partir da data da recusa do devedor, confirmada pelo oficial de justiça, por um período não inferior a seis meses.

Por fim, no art.2239 - A prescrição também se suspende quando o juiz do processo autoriza um requerimento de uma medida de instrução do processo apresentada mesmo antes do início do processo<sup>65</sup>. O prazo de prescrição recomeça a contar por um período nunca inferior a 6 meses a partir do dia em que a medida foi executada/efetivada.

---

<sup>62</sup> Nda: Aqui uma novidade legislativa europeia e um avanço social face à limitação prévia, onde a suspensão da prescrição apenas ocorria entre casados.

<sup>63</sup> Vd. art.2062º do Code Civil, é um procedimento extrajudicial onde as partes se comprometem a negociar de boa-fé, trabalhar em conjunto e a resolver amigavelmente a disputa durante um certo período de tempo.

<sup>64</sup> Que porventura surja neste procedimento participativo.

<sup>65</sup> Similar à nossa produção antecipada de prova, vd. art.521 do C.P.C.



### B.3 – No B.G.B.

Código Civil Alemão, de 1 de Janeiro 1900.

Nos seus livros, cuja ordem o nosso C.C. adotou – parte geral (allgemeiner teil) §§ 1º a 240º. Este código foi sujeito em 2001/2002 a um intrincado processo legislativo, *maxime* para alterar a parte do direito das obrigações<sup>66</sup> e a parte atinente à prescrição prevista nos §§ 194 e ss., passando o prazo ordinário prescricional para 3 anos, vd. §195. Quanto às causas de suspensão da prescrição - (Hemmung), estão previstas nos §§ 203º e ss, com bastantes causas suplementares face às instituídas no nosso C.C, com conteúdos processuais.

O “Novo” BGB faz, agora, uma distinção devido a negociações inter-partes – consubstanciada no novo §203 e suspensão por força de lei, §204 e ss. Com efeito, logo no §203, a prescrição suspende-se por efeito de negociações<sup>67</sup> entre as partes – se o devedor e o credor tiverem negociações em curso estão em andamento face ao pedido ou as circunstâncias que deram origem ao pedido, o prazo de prescrição suspende-se até que uma das partes ou outra (p.e. uma seguradora processualmente parte legítima) se recuse a continuar as negociações. Referira-se, também, que o direito de ação do credor ou titular do direito prescreve nos primeiros três meses após o fim da suspensão da prescrição por negociações. É uma causa inexistente no nosso direito interno.

Seguidamente no §204, com catorze fundamentos relativos a pedidos judiciais, o que torna numa norma extensa, que retrata até a aplicação de regulamentos comunitários como o (EC) N.1896/2006 do Parlamento Europeu. Contendo uma novidade de especial impacto na suspensão da prescrição e a sua efetiva concretização no processo civil, a alteração dogmática em considerar a citação como causa suspensiva e não interruptiva. Com efeito, a doutrina alemã<sup>68</sup> refere que a interrupção da prescrição por efeito da citação era contrária ao sistema judicial alemão p.e., a ação pode ter falta de fundamento legal, renovando o prazo de forma fraudulenta, produzindo, assim,

---

<sup>66</sup> A chamada lei para a modernização do direito das obrigações – Gesetz zur modernisierung des schuldrechts – publicado em 29/11/2001.

<sup>67</sup> Corresponde *mutatis mutandis* ao antigo § 852 II, mas criou-se um princípio geral de Direito materializando a doutrina e jurisprudência dominante, vd., António Menezes Cordeiro – p. 188, 3º § - tratado de Direito Civil – V Parte Geral – exercício jurídico, 3ª Ed rev. e atualizada.

<sup>68</sup> Peters/Zimmermann, in Finis Litium? Zum Verjährungsrecht nach dem regierungsentwurf eines schuldrechtmodernisierungsgesetzes, de 2001, cit. 308, *apud* obra cit. nt. precedente, p. 188, nt 589.

teoricamente um novo prazo de 30 anos - §195, que *in extremis* pode levar a um prazo de prescrição de 60 anos. Efeitos descabidos e indesejáveis pela quase perpetuidade do direito do credor a acionar o devedor, o que desagua numa incerteza jurídica de todo em todo indesejável no ordenamento legal alemão.

Sumariamente, a prescrição suspende-se com a apresentação a juízo da ação principal quer declarativa de condenação ou de apreciação, bem como uma ação executiva, vd. n.1 do §204; N.2 – Quando existe citação no processo simplificado de sustento a menores; N.3 – Quando há notificação do procedimento de injunção europeu nos termos do regulamento comunitário como o (EC) N°1896/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12/12/2006, que cria um procedimento europeu de injunção de pagamento; N.4 – Casos em que o pedido peticionado pelo autor vem de um órgão de resolução de disputas estadual ou estatal al. a) ou al. b) advém de outro órgão de resolução de litígios; N.5 – Quando o R. invoca a compensação em juízo perante o pedido do A; N.6 – A citação de terceiros; N. 6-A – Pedido de testes e exames; N.7 – A notificação para um requerimento para exames numa entidade externa independente; N.8 – O início de um pedido de peritagem externa acordado entre as partes; N.9 – Situações de procedimentos cautelares; N.10 - A apresentação ao processo de insolvência ou em processos de distribuição de bens de direito marítimo; N.11 – Com o início do processo de arbitragem; N.12 – Entrega de pedidos junto de instituições Públicas; N.13 – Petições/requerimentos interpostos em tribunais superiores; N.14 – A quando do pedido de apoio judiciário.

A suspensão nos termos do n.1 termina seis meses após a decisão final no processo judicial, ou depois de ter terminado de outra forma – p.e. acordo. Se o processo se estiver parado por inação das partes, a data do último ato no processo efetuado pelas partes, o tribunal ou outro ator processual responsável pelos autos é equiparada ao fim do mesmo. A suspensão da prescrição recomeça se uma das partes voltar a dar um impulso processual.

§205 - Em casos em que por acordo entre as partes o devedor possa recusar o cumprimento, de modo temporário face ao pedido do credor.

§206 - Casos de força maior nos derradeiros seis meses do prazo prescricional suspendem o prazo de prescrição se impedirem o correcto cumprimento do devedor, similar ao art 321 do nosso C.C.

§207 - Similar ao nosso art. 318 - causas bilaterais de suspensão, p.e. entre curado e curatelado.

§208 - Situações de suspensão da prescrição em caso de violação da liberdade à autodeterminação sexual, até a pessoa vítima perfazer vinte e um anos de idade, ou existir comunhão doméstica<sup>69</sup>.

§210 - Sendo semelhante ao nosso art. 320/2, no que concerne a incapazes, concedendo a de suspensão da prescrição e acrescentando seis meses após o incapaz seja representado. Se o prazo de prescrição for inferior a seis meses, o prazo de prescrição passa a ser de seis meses. O n.1 não se aplica se o incapaz tiver capacidade legal de acionar e ser acionado judicialmente.

No §211 - Suspensão em situações de propriedade e heranças, seis meses de suspensão dos direitos contra a herança enquanto não existir quem a represente - cabeça de casal, p.e, similar ao art.322 do nosso C.C.

## **C – Crítica ao nosso ordenamento legislativo**

### **C.1 – Elencar das causas no Código Civil**

Os fundamentos de suspensão da prescrição no nosso código estão plasmados no livro I, título II, capítulo III, secção II, subsecção IV, arts.318 a 322, onde se pode destringer 3 tipos de suspensão da prescrição:

A que não começa a ser contabilizada *ab initio*, nem corre: arts.318 a 320 1ª – parte; a suspensão no sentido próprio, art.321/1/2; e a suspensão *ex post* prolongando o prazo prescricional, art.320/1 2ª parte, ns./2/3 e o art.322.

Após o estudo da matéria da suspensão da prescrição no BGB<sup>70</sup>, face ao §204 poder-se-á considerar o art.327/1 2ª parte uma causa encapotada de suspensão?

Na nossa ótica, pensámos que é deveras uma causa de suspensão pois o próprio texto da norma afirma: “que o novo prazo de prescrição não começa a correr enquanto

---

<sup>69</sup> Este fundamento é absolutamente inovatório no ordenamento jurídico civil alemão – Vd. Frank Peters, Die Verjährung im familien und Erbrecht/Eine exemplarische Fragestellung, AcP 208 (2008), 37-68, *apud* da obra refª na nt. 67, p. 182, nt. 552.

<sup>70</sup> Vd. B.3.

não passar em julgado a decisão que puser termo ao processo”. A terminologia é a mesma do art.318 - não corre, se a prescrição não corre é porque está parada, i.e, suspensão, o que faz com que seja uma causa legal de suspensão da prescrição<sup>71</sup>.

### **C.1.2 – Crítica às causas previstas no código civil.**

I – A 1ª causa bilateral de suspensão da prescrição é a prevista no art.318 al., a).

A principal *ratio legis* que subjaz a esta causa - (vivamente moral e social) - está na desejada proteção da harmonia do matrimónio de total confiança<sup>72</sup> que deve prevalecer entre os cônjuges, onde, por vezes, existem regras inter-partes que têm um valor interno de «lei», ou seja, a suspensão da prescrição entre cônjuges escuda e tranquiliza o cônjuge credor pois sabe que enquanto o casamento vigorar a dívida não prescreverá. Deste modo, se não existisse esta causa, o cônjuge credor ficaria tentado e forçado a acionar judicialmente o cônjuge devedor na pendência do casamento, podendo pôr-lo em crise.

Por outro lado, e noutro motivo, P. Vasconcelos<sup>73</sup> perspetivando uma relação conjugal desequilibrada onde um dos cônjuges detém um poder predominante sobre o outro, p.e. um deles tem uma doença crónica estando por isso sempre acamado sem qualquer hipótese de se dedicar a problemas jurídicos, aponta que o legislador visou proteger este cônjuge face ao dominante. Assim, estando «parada» a prescrição, o cônjuge com a posição mais frágil estará sempre protegido, ficando o seu direito protegido durante a constância do matrimónio, V. Serra<sup>74</sup> acrescenta um terceiro fundamento - para se evitar doações irrevogáveis, no interesse de ambos, só no caso, eventual de divórcio é que o prazo de prescrição aplicável à dívida começaria pela 1ª vez a contar, visto que a prescrição não começa a contar entre ambos.

No caso de uma dívida entre os cônjuges pré-existente ao contrato de casamento, a lei protege igualmente esta relação visto que a prescrição “*nem corre*” entre ambos,

---

<sup>71</sup> Vd. infra C.1.

<sup>72</sup> “A relação pessoal e patrimonial entre marido e mulher rege-se normalmente por usos e costumes e entendimentos pessoais que ladeiam muitas vezes a regras de lei”. – P. Vasconcelos, op. cit. p.342 e ss.

<sup>73</sup> Op. cit. p.243.

<sup>74</sup> Op. cit. p.145, com remissão para a obra francesa de Planiol, Ripert e Radouant - *Traité élémentaire de droit civil*, p.1377.

justificando-se aqui o velho brocardo romano - *contra non valentem agere non currit praescriptio* – contra quem não pode atuar/agir a prescrição não corre, ou seja, presume-se que o cônjuge credor não quer agir enquanto o casamento durar.

O nosso C.C é bastante inflexível<sup>75</sup> no que diz respeito ao momento em que a prescrição começa a correr ou reata a sua contagem prescricional, i.e, *a contrario*, se a suspensão se mantém ainda que os cônjuges estejam separados judicialmente de pessoas e bens, o prazo não começa, aliás, mesmo que um dos cônjuges inicie uma ação atinente a obter a declaração de divórcio, pois o legislador considera ainda, que os cônjuges podem reconciliar-se evitando-se a necessidade de acionar judicialmente o outro para interromper a prescrição, caso que levaria, inevitavelmente, ao escalar do conflito conjugal.

A doutrina<sup>76</sup> aponta que mesmo nesta separação judicial a prescrição não começa nem corre pois o vínculo matrimonial se mantém, ainda que interrompido, é de concluir que até ao trânsito em julgado da ação de divórcio sem consentimento – ainda que o casamento esteja em total crise art.1781 al. d), não começa ou recomeça o prazo prescricional. A mesma interpretação se deve ter face a um divórcio de mútuo acordo, perante um juiz - divórcio sem consentimento convolado em mútuo acordo em audiência prévia, p.e. num notário, vd. arts.1773 e ss., enquanto legalmente os cônjuges estiverem vinculados a prescrição não começa nem recomeça. A única diferença, na nossa visão é que no divórcio por mútuo acordo, o prazo inicia-se prontamente face ao trânsito imediato da decisão judicial ou do notário, não há, então, que esperar pelo prazo geral de recurso ou reclamação do despacho, visto que foi algo que ambas as partes desejaram e seria contraditório protelar o efeito que ambos almejavam por mais dez ou trinta dias<sup>77</sup>.

---

<sup>75</sup> Porém, em Itália, no Trib. Cassazione – correspondente ao nosso S.T.J. prevê-se o início ou reinício da recontagem da prescrição com a separação pessoal e a petição da ação de divórcio, vd. Ac. n.7981/2014 – “Nel regime de separazione, in fatti, non può ritenersi sussistente la riluttanza a a convenire in giudizio il coniuge, collegata al timore di turbare l’armonia familiare, poichè è già subentrata una crisi conclamata e sono già stata esperite le relative azioni giudiziarie, con la conseguente cessazione della convivenza”.

<sup>76</sup> Vd. P.Lima e A.Varela op. cit. nt. 1 ao art.318 al., a) p.286, apontam que só a separação judicial de pessoas e bens constitui forma de interrupção da sociedade conjugal.

<sup>77</sup> Existindo, porém, fundamento para recurso, p.e. coação física, vd. art. 246, só um recurso de revisão, art.696 do C.P.C, poderá solucionar o problema; quanto à parte que pediu o conteúdo concreto da sentença, ouviu as sentença e nada disse, falta-lhe o interesse em recorrer, vd. art.631/1 *in fine* e 632/2 C.P.C; quanto à reclamação, vd. art.615 C.P.C. apenas fará sentido algum pedido de retificação de erros materiais, p.e. morada errada, erro sobre os dias da partilha de um filho, pois havendo uma reclamação de

Noutro ponto, no caso de anulação do casamento, arts.1631 e ss., bem como nos casos de casamentos inexistentes ou nulos – vd. arts.1628 e 1647 respetivamente - é a nossa interpretação, *de iure condendo*, que as normas aqui em ponderação, que se deve considerar por anulados os efeitos suspensivos da prescrição previstos no art. 318 al. a) pois legalmente no âmbito do art.289/1, em caso de nulidade ou anulabilidade do negócio, cria-se um efeito retroativo das consequências legais do negócio anulado, como que nunca tivesse existido.

Inversamente, V. Serra<sup>78</sup> face a casamentos nulos mas no âmbito de outra legislação, mormente o C. Seabra, refere que sendo decretado o casamento nulo, a suspensão dura até esse preciso dia. Este autor distingue entre casamentos em que ambos os cônjuges estiveram de boa-fé, no âmbito do art.1648, aqui não tem dúvidas que se suspende; quando um está de má-fé, defendia, face à legislação da altura, que a suspensão se mantém em relação ao que está de boa-fé que deve poder aproveitar da paragem na prescrição mas não o que esteve de má-fé – para evitar situações de casamentos fraudulentos – e, obviamente, entre cônjuges que contraíram casamento de má-fé nenhum poderá beneficiar desta suspensão.

Porém, *de iure condendo*, já defendia outra posição, ou seja, o cônjuge de má-fé poderia não querer perturbar a paz do matrimónio e exercer o seu direito contra o outro cônjuge de boa-fé, podendo, desta feição invocar a suspensão da prescrição, acrescenta que se deve sustentar tal manutenção dos efeitos suspensivos com base no casamento putativo, arts. atuais 1647 a 1648 - que aponta no sentido da manutenção dos efeitos entre os cônjuges e terceiros.

Contudo, as regras da suspensão da prescrição são excecionais<sup>79</sup> face à regra geral de a prescrição correr sem paragens, em abstrato, é válido ficcionar um aumento de um prazo excecional, ou de uma causa excecional de suspensão da prescrição por motivo de um casamento que legalmente «quase» nunca existiu? Mesmo tendo em linha de conta o interesse social e público das causas de suspensão, entendemos que não. Com efeito, e para além da excecionalidade do regime da suspensão, o interesse público que o

---

substância o juiz não poderá alterar a sua decisão pois esgotou o seu poder jurisdicional e só um recurso poderá alterar a decisão.

<sup>78</sup> Op. cit. p.146.

<sup>79</sup> M. Andrade op. cit. p.459.

legislador também dá voz nos arts.300 e ss., também se funda em não protelar em demasia o esgotamento dos prazos prescricionais, caso contrário a paz jurídica e social entre as partes nunca será alcançada, sobretudo quando a suspensão é sustentada num acto nulo.

Assim, defende-se que, sem a suspensão, o prazo prescricional teria ocorrido na pendência do matrimónio anulado, o referido prazo retroage - p.e., de três anos do art. 498/1 precisamente à data em que o casamento foi contraído, quanto a casamentos inexistentes não temos dúvidas desta retroatividade dos efeitos.

II – Na 2ª causa, plasmada no art.318 al. b), a suspensão verifica-se entre quem exerça o poder paternal – os pais, o adotante<sup>80</sup>, e acrescentámos nós, pois os princípios adjacentes ao poder pátrio estendem-se analogicamente ao apadrinhamento civil, nos termos da L. n.103 de 11/9 no seu art.7, os “*padrinhos exercem as responsabilidades parentais*”. Tal como na proteção do casamento, esta causa surge para evitar uma quebra na harmonia familiar ou por temor reverencial e, *maxime*, em caso dum prazo prescricional curto poder “pressionar” quem está sujeito ao poder paternal a agir judicialmente em momento inoportuno, p.e, doença grave do pai. O mesmo motivo se aplica às relações entre curador tutor face ao curatelado e tutelado, respetivamente.

Esta causa cessa, obviamente, com a maioridade, emancipação, revogação da adoção, revogação do apadrinhamento, bem como a morte de uma das partes, transito em julgado de uma sentença e /ou acórdão que iniba ou suspenda o poder paternal de um ou ambos os pais. i.e, pode cessar a suspensão apenas face a um dos pais, e continuar face a outro.

A suspensão não se aplica a progenitores que não exerçam o poder paternal pois tal interpretação extravasa o texto e a *ratio legis* desta norma que visa proteger a sã convivência entre o menor e o progenitor com poder paternal e outros que possam exercer, de igual modo, este poder. Até porque, regra geral, o progenitor sem poder pátrio não convive diariamente com o seu filho e sobretudo não rege as questões patrimoniais deste, não obstante os deveres legais de acompanhamento, vigilância da

---

<sup>80</sup> P.Lima e A.Varela, op. cit. nt.2, §2º ao art.318 al. b) p.286, referem que o adotante, dentro do art.1997, também exerce o poder paternal.

vida do filho – vd. art.1906/6. Assim sendo, não existe a necessária confiança diária e patrimonial que justifique a suspensão.

**III** – Nesta 3ª causa, prevista no art.318 al. c) tem de igual modo, os mesmos interesses? Proteção da relação entre o administrador dos bens do menor com este, no âmbito do art.1967?

M. Cordeiro<sup>81</sup> entende que não, aponta para outra direção, o conflito de interesses entre o administrador quando houvesse uma administração de bens de terceiro, e teria aquele que alegar a sua própria prescrição contra o administrado ou o contrário, invocar a prescrição deste contra si próprio.

Fundamentação que tem toda a propriedade e com a qual aderimos quase *in totum*. Pois que, se considera que o factor confiança entre o administrador e o administrado como fundamento legal subjacente a esta alínea, ainda que acessório, não é, de todo, de excluir totalmente. Visto que nos termos do art. 1968 a designação pode ser feita por um terceiro, nomeando um administrador já conhecido do menor, p.e, um tio, criando-se um vínculo de confiança que a suspensão da prescrição acautela.

Apesar de P.Lima e A.Varela<sup>82</sup> defenderem que a suspensão não é aplicável à administração por procuração, afastando, por inteiro a tese da fundamentação por confiança entre as partes, solução também presente em Itália – art.2941/6. Tese doutrinária que já vigorava na vigência do antigo C.C<sup>83</sup>, pois quem é administrado tem o administrador sobre as suas ordens e vontade, não sendo plausível que esteja judicialmente, neste caso, desprotegido face àquele, não necessitando, então, da proteção da suspensão prescricional. Vice-versa face ao administrador que pode acionar um administrado capaz, pois passou a procuração, ou alguém passou por ele, logo está legal e devidamente representado e pode perfeitamente ser acionado judicialmente.

---

<sup>81</sup> Op. cit. da nt.73, p.225 §3º.

<sup>82</sup> Op. cit. nt.3, p.286, nt.3.

<sup>83</sup> V. Serra, op. cit. p.151.



A frase, “até serem aprovadas as contas finais”, *in fine* nesta alínea, tem toda a propriedade pois a administração, nesta fase, já terminou, mas como aponta V. Serra<sup>84</sup>, as partes ainda não têm conhecimento total e completo dos direitos legais que lhes assistem, desconhecendo, p.e, prazos para acionar o outro, e só após a aprovação final das contas dispõem da consciência dos seus direitos.

**IV** – Na alínea d) do art.318, encontramos uma norma que segundo M. Cordeiro<sup>85</sup> é incompatível com o art. 174/1 al. b) do C.S.C., pois tem um regime prescricional especial face ao C.C. imperando aquela.

A *ratio legis*, neste ponto, também é fundada no conflito de interesses entre os administradores que teriam que acionar a pessoa coletiva que representam por um crédito seu e vice-versa acionar-se a si próprio por crédito da sociedade<sup>86</sup>, pelo que, assim, existiriam sérias dúvidas sobre a isenção do administrador numa ação contra si próprio, a suspensão da prescrição resolve o imbróglio.

J. Gomes<sup>87</sup> indica que não obstante a lei referir que é uma causa bilateral, visto que a suspensão só surge face à responsabilidade dos administradores defende que não pode existir suspensão entre duas sociedades apenas pela factualidade de serem administradas pela mesma pessoa.

**V** – No art.318 al. e) no que concerne ao trabalho doméstico, na nossa visão não existe quaisquer dúvidas que o fundamento dogmático aqui assente, tal como nas alíneas a) e b) se baseia na confiança e na manutenção de uma boa convivência inter-partes. Mas, também visa proteger o trabalhador, na vigência do contrato que muitas vezes habita na mesma residência do seu empregador, obviando conflitos e evitando que aquele acione este de modo precipitado, *maxime* em prazos prescricionais curtos, bem como, à obediência social do empregado doméstico face ao seu empregador, que pode causar àquele sérias dificuldades no exercício dos seus direitos legais nos tribunais.

---

<sup>84</sup> V. Serra, op. cit. p.152.

<sup>85</sup> Op. cit. nt.73, p 225 §4º.

<sup>86</sup> Apesar de P.Lima e A.Varela op. cit. nt.4 ao art.318 al. d) p.286, defenderem que a suspensão não ocorre face aos direitos dos administradores contra a pessoa coletiva.

<sup>87</sup> Op. cit. p.768, 3º§.

Mas, no mesmo diapasão, se encontra suspensa entre o empregador e o trabalhador, i.e, o fundamento da pacificação é sinalagmático, não obrigando aquele a atuar judicialmente de modo imprudente contra este. Esta causa suspensiva é aplicável não só a direitos e créditos advindos diretamente do contrato, p.e. salários, férias, etc., mas de todo e qualquer crédito ou direito que legalmente possa surgir.

Curiosamente não era causa de suspensão no anterior código mas o contrato de trabalho doméstico constava do mesmo e estava previsto nos arts.1370 a 1390. Note-se a importância para a burguesia da época do trabalho doméstico; hoje está prevista no C.T, art.337.

**VI** – Por fim, o art.318 al. f) também tem, também, um fundamento atinente a evitar um conflito de interesses entre as partes.

Aqui, as circunstâncias particulares dos casos em análise, existe um concurso de direitos sobre um mesmo crédito ou prestação – assim, no caso do usufruto do crédito e o penhor (crédito pignoratício) sobre aquele, i.e, o crédito, afastariam o interesse processual do credor em acionar o devedor pois este ganharia uma fruição do crédito com a ação, de igual modo, o devedor ficaria com um penhor sobre o crédito se a ação fosse intentada, o que levaria a um temor, um domínio ou influência<sup>88</sup> sobre o credor em poder agir judicialmente de modo livre contra o devedor com direitos face ao seu crédito, situações que bem justificam uma suspensão que corre contra o credor. M. Cordeiro<sup>89</sup> aponta que a *ratio legis* em que o legislador se fundou é a de evitar a litigiosidade judicial com a entrada de ações sobre os mesmos direitos, gerando confusão.

**VII** – No que concerne ao art.319, a suspensão corre em favor dos militares, e pessoas adstritas às forças militares em serviço, em tempo de guerra ou mobilização<sup>90</sup>. É causa subjetiva unilateral. Ou seja, sendo o militar credor de algum crédito sobre um devedor, p.e., uma venda particular, o prazo prescricional não corre, caso a dívida tenha surgido de modo prévio à mobilização ou não começa se a dívida surgiu durante a

---

<sup>88</sup> P. Vasconcelos op. cit. p.333.

<sup>89</sup> Op. cit. p.226, §4º.

<sup>90</sup> Vd. p.e. a L. n.20/95 de 13/07.

mobilização, p.e, a 1ª prestação da referida venda vencia-se quando o militar já estaria fora do país – a lei também permite que se suspenda em território nacional.

M. Cordeiro<sup>91</sup> interpreta restritivamente esta norma, ou seja, só em caso de guerra constitucionalmente declarada (admitindo apenas<sup>92</sup> estender a dimensão normativa à guerra civil). Em outro caso, p.e, mobilização militar em caso de compromissos de Estado fora do território nacional, entende aplicar o art.321 - suspensão por força maior<sup>93</sup>. Este autor refere que esta norma manteve-se no código por tradição face ao anterior<sup>94</sup>.

O motivo que subjaz nesta norma é sossegar os militares e as pessoas ligadas ao serviço militar e assegurar que durante o tempo de guerra ou mobilização não vão perder o seu direito ou crédito<sup>95</sup>. Estando em “luta acesa” num teatro de guerra a milhares de km de Portugal seria muito difícil ter a mente limpa para acionar judicialmente o devedor. Pondere-se o caso do militar ter sido capturado pelo inimigo e seria virtualmente impossível agir em tribunal contra quem lhe deve um crédito. Daí que a existência desta cláusula tem toda a pertinência na defesa do interesse do militar bem como no interesse público.

**VII – Face aos casos de suspensão a favor de menores – art.122 interditos – art.138 e inabilitados – art.152, previsto no art.320 - que tenha sido judicialmente declarados como tal, ou seja, não basta que existe uma anomalia psíquica, tem que ser reconhecida por um juiz, há que apontar o seguinte.**

P.Lima e A.Varela<sup>96</sup> fazem uma leitura restritiva do n.1 1ª parte “salvo se respeitar a actos para os quais o menor tenha capacidade” mas com conforto do texto legal, face ao art.127 - que excepciona as incapacidades do menor. De facto, não fará sentido p.e, suspender por dez anos um prazo prescricional de um menor de oito anos que participou num filme, com autorização parental ou judicial e obteve um direito a uma

---

<sup>91</sup> Op. cit. p.697.

<sup>92</sup> Op. cit. p 698, nt. rodapé 698.

<sup>93</sup> Infra C.3. crítica a esta interpretação.

<sup>94</sup> Vd, infra p.5.

<sup>95</sup> Não é inteiramente verdade pois a suspensão não se aplica à caducidade, vd. art.328.

<sup>96</sup> Op. cit. p.288, nt. 1.

compensação pela participação – enquadramento no art.127/1 al c), a lei aqui já o trata como um maior. Com efeito, se o menor já tem autorização para participar no referido filme não existe um efeito-surpresa do eventual acréscimo patrimonial do menor – este sabe que vai ter direito a X de compensação, e sabe que terá que, eventualmente exigir o cumprimento desse direito e até exigi-lo judicialmente, desta maneira não fará qualquer sentido suspender o prazo que corre contra ele enquanto credor.

O prazo de um ano que protela o fim da suspensão da prescrição faz igualmente, todo o sentido, pois é de veras difícil ao menor no próprio dia em que perfaz dezoito anos, ou se emancipa, passar uma procuração forense – devido à menoridade não tem poderes para assinar a procuração - a um advogado para exigir judicialmente o seu crédito e ainda concretizar a ação nesse mesmo dia – é o chamado prazo de ponderação ou adaptação. Com toda a razão, o seu advogado poderá considerar melhor uma tentativa de acordo extrajudicial antes de avançar com a ação, o menor terá tempo para inteirar-se do seu *status quo* patrimonial e saber se tem, de igual modo condições económicas para contratar o advogado X ou o advogado Y; poderão existir problemas no acesso à documentação atinente ao crédito, obter testemunhas com conhecimento direto sobre os factos, ponderar a estratégia legal, este prazo suplementar vem conceder tempo ao menor para agir.

Este prazo de um ano é também concedido no caso das prescrições presuntivas – i.e, presumem cumpridas – mas não existe, suspensão prévia, pois a lei trata o menor como um maior. Ou seja, só um ano após a maioridade, emancipação, obtenção de representação ou administrador dos bens é que a prescrição contra o menor se verifica, aqui não se suspende a prescrição apenas se protela a sua verificação.

As regras do n.1 e n.2 são aplicáveis aos interditos e inabilitados, mesmo o conteúdo do art.127 - e as prescrições presuntivas, com uma diferença substancial – o fim da incapacidade é ficcionada legalmente para efeitos prescricionais. Ou seja, p.e, numa prescrição de vinte anos acrescenta-se três anos àquele prazo, exceto se a incapacidade terminar antes<sup>97</sup>. Assim, o legislador quis proteger um pouco o devedor – para que não fique toda a vida à espera de ser acionado, porque a interdição não tem

---

<sup>97</sup> P.Lima e A.Varela op. cit. p.288 nt.3 §3º “embora sobre a nomeação do representante legal do interdito haja decorrido o prazo normal da prescrição” – interpretamos no sentido que existe uma suspensão prescricional prévia à nomeação do representante legal. Tese sustentada na legislação anterior do art.549 por V. Serra, op. cit. p.167 – “a suspensão dura enquanto subsistir a falta de representação”.

termo certo como a menoridade mas por outro lado concedendo um prazo protetor ao incapaz – na verdade, na nossa interpretação, são dois prazos, a suspensão prévia à obtenção da representação legal nos termos do art.320/1, pois uma ação judicial de inabilitação pode durar anos, e os 3 anos no máximo, do n.3.

Acrescentam P.Lima e A.Varela<sup>98</sup> que a este prazo do n.3 se deve acrescentar um outro, o supra referido prazo de ponderação do art.320/1 2ª parte, justamente para que após o fim da incapacidade, ainda que tenha funcionado *ope legis*, tenha o incapaz mais um ano para preparar a sua ação judicial. J. Gomes<sup>99</sup> acrescenta um outro motivo à incapacidade em si – a deficiente representação do menor por quem incumbia legalmente defender os direitos deste.

V. Serra<sup>100</sup> refere que existe certa doutrina que defende esta suspensão inadmissível e que os danos que o menor poderia sofrer com uma representação incompetente seriam ressarcidos em sede de direito de regresso contra o seu ex representante, p.e. o seu tutor. Este autor, a nosso ver bem, refere que como se poderá ter direito de regresso face a danos por parte de um menor se os danos surgiram antes de o tutor ter sido nomeado? É uma ação impossível. Daí que se concorde que esta causa de suspensão faz, ainda, todo o sentido.

**IX –** A suspensão por causas de força maior ou dolo do obrigado, aplicando-se aqui a máxima “*contra non valentem agere non currit praescriptio*”, ou seja, se o credor não pode agir judicialmente a prescrição não deve correr. Aqui a suspensão apenas pode operar nos últimos três meses do termo do prazo, quando por acaso esteja a ponderar a ação judicial, quando, p.e, ficar enfermo ou ilegalmente detido num país estrangeiro sem qualquer possibilidade de constituir mandatário.

Por força do art.342 quem invoca um direito – aqui a suspensão da prescrição - a causa de força maior tem que demonstrar em juízo que o evento externo à sua vontade causou a suspensão prescricional, V. Serra<sup>101</sup> aponta que não deve ser qualquer doença mas tao somente aquela repentina e inesperada que não pôde ser antecipada ou até uma

---

<sup>98</sup> Op. cit. p.288, nt.3 §3º.

<sup>99</sup> Op. cit. p.770.

<sup>100</sup> Op. cit. p.165 e 3º e n.809.

<sup>101</sup> Op. cit. p.176, §3º.

informação errada de uma repartição pública, p.e. uma certidão judicial com erros – que legalmente presume-se correta.

M. Cordeiro<sup>102</sup> entende que nem toda a causa que impeça o tempestivo exercício do direito constitui causa suspensiva por força maior, p.e. uma gravidez da sua mandatária – que é previsível a nível temporário, e nos termos do dl.131/2009 art.2 os mandatários podem adiar as diligências que devessem intervir, sendo a nossa visão que se deve interpretar extensivamente à suspensão de prazos, e mesmo que não se devesse ler a norma neste sentido, este Autor tem a opinião que o instituto do justo impedimento – vd. art.140 do C.P.C., deve ser aplicado nos casos de força maior.

Quanto ao n.2, o dolo do obrigado tem como o fundamento acautelar que o devedor usufrua de uma ilicitude sua perante o credor invocando a prescrição perante este.

Curiosamente e quanto à previsão legal, absolutamente *contra legem*, e não partilhámos, de todo em todo, por ser demasiado casuístico, na RLJ, ano 105-28, defende-se que este n.2 se aplica à caducidade e, não obstante não existir dolo do obrigado haja violação da boa-fé.

J. Gomes<sup>103</sup> aponta que se trata apenas de casos de dolo bilateral e não tem aqui aplicação um hipotético dolo de terceiro(s). Incluindo diligências ativas – p.e, uma tentativa de homicídio que leve o devedor a um coma, bem como omissivas, p.e, esconder intencionalmente, convencendo-o de que não tem direito ao crédito, ou até que já prescreveu como diz R.C. Silva<sup>104</sup> - os direitos do credor para que este não atue judicialmente de modo tempestivo. Carecendo estas alegações de prova em sede de ação judicial, vd. art.342 n.1. J. Gomes<sup>105</sup> interpreta que o n.1, no que diz respeito A referência que a suspensão apenas opera nos últimos três meses prévios ao fim do prazo prescricional não deve ter aplicação por inteiro no n.2 pois o dolo pode durar anos ou

---

<sup>102</sup> Op. cit. 228º, nt.704.

<sup>103</sup> Op. cit. p.771, §3º

<sup>104</sup> Op. Cit. p.393 nt.3.

<sup>105</sup> Op. cit. “a suspensão da prescrição parece abranger o período que vai do dia em que se verificou o comportamento doloso até ao da sua descoberta pelo credor”.

décadas, veja o exemplo dado no § precedente, o coma pode prolongar-se por diversos anos.

**X** – Por fim, o prescrito no art.322 que posticipa o fim do prazo prescricional em 6 meses dos direitos da herança ou contra ela até que haja pessoa que possa exercer os direitos a favor ou contra a herança. Geralmente é o cabeça-de-casal - vd. art.2079 que exerce os direitos da herança – vd. art.2089, e representa esta em caso de haver dívidas daquela, vd. art.2090, P.Lima e A.Varela<sup>106</sup> fundam a necessidade desta norma pelo facto de nem sempre os credores terem conhecimento de quem é o cabeça-de-casal, ou este não ter sido ainda nomeado em processo judicial, inexistindo inércia da herança; – com a respetiva necessidade de interromper a prescrição por parte dos credores da herança - devido a escusa ou remoção deste. Situação que um eventual curador de herança jacente – art.2048 - não cuida de modo atempado.

No atual C.C cortou-se a inclusão do § do art.551 do C. Seabra que suspendia a prescrição entre a herança e o herdeiro a benefício de inventário que estivesse na posse da referida herança, até à conclusão do referido inventário. O legislador de 1966 seguiu a corrente doutrinária alemã do §207 do BGB – versão primitiva.

### **C.1.3 – Causas de suspensão da prescrição avulsas no código civil e em legislação extravagante.**

Na nossa visão entendemos que existem algumas causas legais que suspendem, expressa ou tacitamente, os prazos prescricionais em curso, quer no próprio C.C quer em legislação avulsa:

#### **C.1.3.1 – Crítica às causas avulsas previstas no Código Civil e em legislação avulsa.**

**I - O caso do art.327/1** - neste ponto a lei especifica que, no que diz respeito à interrupção da prescrição, *maxime*, a sua duração, a prescrição não recomeça a correr enquanto não transitar em julgado, ou seja estende à fase recursória do processo, a decisão que puser fim ao processo, quer seja por provimento da ação do A. ou, pelo contrário, pelo indeferimento da ação do peticionante. A norma aqui em causa tem, na

---

<sup>106</sup> Op. cit. p.289, nt. ao art.322.

nossa visão, um fundamento híbrido - material e adjectivo quanto ao A; e quanto ao R. somente adjectivo, i.e, retira quaisquer dúvidas ao credor que enquanto o seu pedido/direito estiver a ser apreciado por um tribunal este não prescreve por uma razão processual; pelo contrário o devedor enquanto R. não tem interesse em concretizar manobras dilatórias de modo a arrastar o processo até uma eventual prescrição, como sucede amiúde em processo penal.

J. Gomes<sup>107</sup>, prefere a designação de interrupção de eficácia prolongada face ao ato interruptivo e não em suspensão “a prescrição interrompe-se por um certo período de tempo”. Porém, na nossa visão da norma e dos conceitos em análise, pensámos que a interrupção é um ato único no tempo e nos efeitos, surge uma vez e o prazo reinicia-se, enquanto a suspensão cai como uma luva na conceptualização desta norma. Um prazo não se pode considerar continuamente interrompido por cinco, 10 ou mais anos – um processo judicial pode demorar estes ou mais anos. A suspensão da enquadra-se melhor no escopo que o legislador quis alcançar, i.e, que ficasse parada, *rectius* - em suspenso, enquanto um tribunal decidisse sobre um pedido do credor.

Face ao conteúdo do n.3, há um protelar do termo do prazo prescricional, uma suspensão *de facto*. O legislador aqui quis acautelar o direito do credor face ao intrincado C.P.C, à altura bastante mais complexo e de leitura normativa difícil do que o atual – de 2013<sup>108</sup>.

Acontecendo um lapso do A. quanto ao tribunal competente, por vezes as leis da competência material ou territorial são de leitura difícil, veja-se a pendência que o tribunal de conflitos<sup>109</sup> vai tendo. O legislador concedeu-lhe um prazo suplementar após o trânsito em julgado da decisão que absolveu de instância o seu pedido. Neste caso, se o prazo tiver terminado ou terminará antes de decorridos dois meses após aquele trânsito em julgado, a lei remedia a situação para o lado do credor concedendo-lhe dois meses pós trânsito para renovar o pedido na instância judicial correta.

---

<sup>107</sup> Op. cit. p.775, nt. art.326.

<sup>108</sup> Vd. A.Varela, et al, op. cit. p.40 e ss.

<sup>109</sup> Supremo tribunal criado em 1933 pelo D.L n 23.185 de 30/10, sendo chefiado por inerência pelo Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, constituído *ad hoc* por 3 Juizes conselheiros deste Tribunal e 3 do S.T.J.; é chamado para dirimir casos de conflito positivo ou negativo de competência material entre a jurisdição civil e administrativa.



Em sequência, a questão neste n.3 é, agora, concretizar o motivo imputável ao titular do direito para beneficiar deste prazo suplementar. Como já se apontou no § precedente, existem casos em que não obstante a diligência do A. poderá existir uma incompetência territorial que gere a absolvição de instância ”pode ser difícil a interpretação da lei sobre a competência<sup>110</sup>”. Depende do caso concreto, p.e. se o acidente de viação ocorreu no Porto e quer o A. quer o R. são do Porto, mas não obstante esse facto aquele interpôs a ação em Lisboa, não nos parece que possa beneficiar desta «benesse» suspensiva, bem como no caso de desistência ou deserção da instância pois aquela ação e esta omissão processuais são imputáveis ao titular do direito. Porém se existir uma questão de ilegitimidade passiva<sup>111</sup>, pois muitas vezes só se descobre durante o processo que o R. é casado, i.e., não é um motivo imputável ao A, deve este beneficiar daquela extensão do prazo prescricional.

## **II - O caso residual do art.2308/3.**

Este art. foi já aludido no ponto A.2.1., p23, e surge de uma necessidade do legislador acautelar a proibição de suspensão e interrupção prevista no art.328.

Assim, porque a lei manda expressamente aplicar de modo analógico o sistema suspensivo e interruptivo da prescrição, face às ações de nulidade e anulabilidade do testamento ou disposição testamentária. Nos casos de suspensão bilateral, p.e., entre cônjuges e nas causas subjetivas, p.e., incapacidade de um menor, esta norma é de extrema pertinência pois caso um menor de 12 anos seja sucessível e considere que uma disposição testamentária fere a sua legítima (factualidade que, na nossa ótica, apenas poderá ter uma compreensão global a partir dos 18 anos) – nos termos do art.329 teria que confiar nos seus pais ou quem exerça o poder paternal para exigir judicialmente – dentro do art.2308/2 – para interpor a ação<sup>112</sup>.

---

<sup>110</sup> V. Serra, op. cit. p.247 e ss.

<sup>111</sup> Nos termos dos arts.576 e 577 e) do C.P.C.

<sup>112</sup> Vd. Ac. S.T.J. 09/11/2004 (Pinto Monteiro) proc. n.04A2661 in dgsi.pt “I - Começando o prazo da caducidade a correr no momento em que o direito puder legalmente ser exercido (nos termos do art. 329 do C. Civil), não impede que opere a caducidade o facto de o autor não ter ainda nascido nessa altura. II - O direito existiu e poderia ser exercido por quem tivesse legitimidade para tal”. Se o S.T.J, entende que face a um nascituro o prazo de caducidade corre, por maioria de razão também corre face a um menor de 12 anos.

Deste modo, a *ratio legis* da proteção do menor face à incúria de quem o devia escudar<sup>113</sup>, consagrado no art.320/1 - aplicável à caducidade da ação em sede de impugnação de um testamento protege-o, tendo assim, até aos 19 anos ou um ano após emancipação para agir.

**III – A situação do art.100 do C.I.R.E. – Pelo facto de ser uma norma de âmbito comercial e face à economia do presente estudo não vamos debruçar sobre ela.**

#### **IV – O art. 33/4 da L. 34/2004 de 29/07 – a lei do apoio judiciário.**

Aqui defendemos a tese de uma suspensão tácita, ora vejamos, esta norma considera a ação proposta na precisa data em que o requerente faz o pedido nos serviços da segurança social a requerer apj com nomeação de patrono, sublinhado nosso, i.e., caso não requeira patrono a ação não se considera proposta.

Assim, interpreta-se que aquele requerimento faz interromper<sup>114</sup> e suspender a prescrição, similarmente ao defendido perante o texto do art. 327/1, pois a ação “considera-se proposta na data em que for apresentado o pedido de nomeação de patrono” – e o direito do requerente, enquanto não tem a sua situação material definida – i.e., beneficiar ou não de apj com direito a patrono, não se perde, ou seja, não prescreve. Sendo certo, que, em prazos prescricionais mais curtos, o devedor pode estar convicto que o prazo já se esgotou faz anos e ser surpreendido com uma ação tardia mas legítima em termos prescricionais. A segurança e a confiança do tráfico podem ficar abaladas com esta norma.

#### **C.2 – Necessidade de alteração?**

J. Gomes<sup>115</sup> indica doutrina nacional, de Rodrigues Bastos<sup>116</sup> que crítica o presente C.C no sentido de ter apenas reduzido o antigo prazo geral prescricional de 30anos do C. Seabra para 20 quando a tendência europeia da altura, mormente o Cod.

---

<sup>113</sup> Vd. nt.107.

<sup>114</sup> Vd Ac. RL G. 12/07/2016 (Manuela Fialho) proc. n.1708/15.4T8VRL.G1 in dgsi.pt – “Em presença de pedido de apj com nomeação de patrono a ação considera-se proposta na data da apresentação deste pedido, devendo, em consequência, considerar-se que na mesma data foi requerida a citação do réu e, assim, verificada a interrupção da prescrição nos termos do disposto no art. 323/2 do CC”.

<sup>115</sup> Op. cit. p.754 nt.3 ao art.309.

<sup>116</sup> Vd. nt.126.

Civile e o ZGB suíço se fixaram em 10 anos. Mas sobretudo, atualmente face ao BGB que reduziu o prazo ordinário 30 para três anos, ainda que com diversos prazos especiais e como se viu<sup>117</sup>, um aumento do sistema da suspensão da prescrição. Na nossa ótica, é este o panorama hodierno na doutrina europeia, o abandono, ou pelo menos a sua ponderação, de prazos decanos por prazos mais curtos tendo em vista a conformidade à vida moderna e na facilidade de comunicação. Deste modo, se se pondera alterar os prazos prescricionais, o ordinário e os prazos mais curtos, há legitimidade para também ponderar uma alteração legislativa no que concerne à temática da suspensão?

O entendimento que seguimos é no sentido positivo, quer na interpretação atualística das normas quer no acréscimo de causas, ainda que com influência no direito comparado, que suspendam a prescrição, face à *opinio communis* da doutrina que estas são excecionais logo não acolhe a interpretação analógica, destarte far-se-á uma reponderação das cláusulas existentes, com interpretação atualística, conforme haja ou não necessidade de a fazer e em sequência uma ponderação face ao direito comparado, *maxime* face às recentes alterações do BGB.

### **C.2.1 – Face às necessidades modernas de uma sociedade sempre em alteração.**

No art. 318 al. a) – na possível extensão da suspensão face a casais unidos de facto. A nossa opinião, diversamente do que se defendeu para França<sup>118</sup> – que tem uma sociedade mais laica do que a nossa, não somos da opinião que os unidos de facto devam aproveitar desta suspensão de prazos.

Observado o conteúdo do art.3 da L.7/2001 de 11/05 alterada pela lei n.23/2010 de 23/08, que protege as uniões de facto, e no que respeita aos efeitos, o legislador não foi tão longe no sentido de as equiparar patrimonialmente a um casamento, *maxime* face ao regime de bens, não sendo, também um sucessível em caso de morte, apesar de o unido de facto ter alguma proteção na morte do outro, vd. art.6.

---

<sup>117</sup> Vd. B.3

<sup>118</sup> Vd. nt.69.

Porém, não podemos olvidar que se o legislador não quis, propositadamente, equiparar neste ponto tão sensível estes dois institutos não se deve interpretar no modo de estender a suspensão prescricional aos unidos de facto, independentemente da proibição de interpretação analógica, bem como o princípio da confiança jurídica visto que não está legalmente positivada esta suspensão; ainda que, de *iure condendo* é tema discutível.

J. Gomes<sup>119</sup> aponta que a suspensão entre os casados visa, precisamente, proteger o casamento e a sua convivência entre ambos, algo que o legislador já não deseja com a união de facto – “se a lei, visa, de algum modo, propiciar a manutenção da união de facto”.

As restantes causas do art.318, na nossa visão, não merecem interpretações atualísticas, exceto quanto ao apadrinhamento civil<sup>120</sup>.

Em sede de interpretação inovatória do art.319, a nossa visão desta norma, como já se avançou a título de exemplo<sup>121</sup>, é estender o conceito de mobilização a comissões de serviço de serviço militar – aqui incluindo a G.N.R., força militar sobre a tutela do ministério da defesa, ou policiais – vd., a polícia marítima no Mediterrâneo para controlo de migração ilegal de refugiados. A *ratio legis* é a mesma, i.e, tranquilizar os polícias e as pessoas conectadas ao serviço militar e garantir que durante o tempo de serviço ou mobilização não perderão o seu direito ou crédito podendo cumprir o seu dever sem preocupações legais.

R.Bastos<sup>122</sup> refere que no mundo de hoje o conceito de guerra é plástico, tanto pode constituir uma ação de uma hora com o lançamento de mísseis balísticos, ou numa ação que durou um mês com uma incursão oculta num território longínquo para destruição de um acampamento inimigo e libertação de reféns. O velho conceito de guerra quando existia uma declaração formal de guerra com cartas entre os Reis ou primeiros-ministros e as embaixadas dos países beligerantes já não existe. Há que moldar a norma para incluir os conceitos atuais de conflitos armados.

---

<sup>119</sup> Op. cit. p.767, nt.4 *in fine*, ao art.318.

<sup>120</sup> Vd. C.1.2.

<sup>121</sup> Vd. A.3.2.

<sup>122</sup> Op. cit. pp.86/87.

A única referência atualística é-nos apresentada por P. Vasconcelos<sup>123</sup> com o avanço da doutrina do séc. XXI face aos direitos dos nascituros, concedendo a estes hoje direitos, p.e, no caso já estudado do art.2308/3, onde um progenitor deixou um testamento onde referia um nascituro nos termos do art.2033/2 al. a). Claro que este para anular uma disposição testamentária que possa ferir a sua legítima tem antes que a conhecer mas este facto normalmente ocorre na menoridade e assim, tal como já se defendeu<sup>124</sup> face aos menores, onde há a mesma razão legal deve existir o mesmo direito.

– Nos casos de força maior e dolo do obrigado – art.321 - não existe necessidade de interpretação inovatória, maior parte dos caso que a doutrina e a jurisprudência retratam já existem há décadas bem como aqui se deve apreciar em concreto, casuisticamente o conceito de força maior<sup>125</sup>, seria um esforço hercúleo percorrer todas as situações possíveis. Algo que a economia deste estudo não nos permite. O mesmo se pode afirmar face ao art.322.

### **C.2.2 – Face ao direito comparado.**

Partindo da hipótese que o prazo geral de vinte anos do art.309 é alterado pelo legislador para três anos como no BGB ou para cinco ou outro valor aproximado há que de *iure condendo* conceptualizar não uma interpretação atualística mas um acréscimo normativo face às normas já existentes no C.C.

Ponto de partida face à legislação europeia estudada, o Code Civil e o Cod. Civile, estão ainda hoje muito similares ao nosso, excetuando o caso daquele código reconhecer a suspensão entre unidos de facto<sup>126</sup>. Desta forma, e face à recente grande alteração em 2001/2002 do BGB que introduziu grandes alterações legislativas na matéria da prescrição com a alteração de maior relevo no §195 onde se positivou um prazo ordinário de três anos, bem como efetivou grandes alterações no que diz respeito às causas de suspensão, *maxime* acrescentando um sem número delas. Partindo deste

---

<sup>123</sup> Op. cit. p.334.

<sup>124</sup> Vd. C.1.3.1.

<sup>125</sup> Vd. nt.109.

<sup>126</sup> Vd. C.2.1 e nt.69.

paradigma vamos correr as novas cláusulas do BGB de modo a teorizar se podem ser incluídas no nosso ordenamento jurídico.

Em primeira linha nos §§ 203 e ss estão previstas estas causas suspensivas. Logo surge a questão se a prescrição se suspende devido a negociações entre as partes, este tema está positivado entre nós, *grosso modo* no art.324 não como suspensão mas como interrupção – o compromisso arbitral. É a nossa convicção que faz sentido incluir esta causa como suspensiva, sem excluir o efeito interruptivo do início das negociações, enquanto as mesmas durarem, que podem ser anos. O caso do art.498/1 poderá ser de extrema pertinência se as negociações se iniciarem sobre o fim do prazo de três anos. Sendo de conhecimento público que as companhias de seguros arrastam as negociações ao limite do prazo prescricional para poderem beneficiar de alguma incúria do titular do direito.

Discorda-se com o prazo de três meses concedido ao titular do direito para acionar judicialmente o credor após o fim das negociações, parece-nos demasiado exíguo, sobretudo se surgir nos meses de Verão face às férias judiciais, um prazo de carência de um ano surge como o mais equilibrado em ponderação com todos os interesses em causa. A nível do princípio *a eadem ratio*, devemos inclui a mediação<sup>127</sup>, conciliação<sup>128</sup> para além da arbitragem e o período que esteve pendente nos julgados de paz<sup>129</sup>.

Após, no §204 surgem catorze causas: 1ª o que já decorre do nosso art.º 327/1, com a apresentação em tribunal da ação, aqui já se discutiu o efeito suspensivo decorrente da interrupção<sup>130</sup>; o 2ª também é um afloramento do n.2; a 3ª face à citação do procedimento de injunção europeu, pensámos que é enquadrável numa interpretação atualista do art. 327/1 “ato equiparado” – corresponde a um exercício legal do credor, ficando o prazo suspenso enquanto a ação estiver pendente em tribunal; a 4ª é um afloramento do §203 que contende com legislação específica alemã; na 5ª podemos incluir com propriedade no art. 327/1 pois é um direito de compensação exercido pelo

---

<sup>127</sup> Vd. L. n.29/2013 de 19/4.

<sup>128</sup> D.L. n.316/98 de 20/10.

<sup>129</sup> L. n.78/2001 de 13/7.

<sup>130</sup> Vd. C.1.3.

devedor em sede de contestação – que não é *ex proprio* uma citação do credor – mas é “ato equiparado” e serve para interromper e suspender a prescrição do direito a compensar; nas 6<sup>a</sup> 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> apenas farão sentido se se tratarem, p.e, de pedidos prévios à entrada da ação em juízo, pois aqui a prescrição já está parada, e sendo aquele o caso, considera-se que se pode criar uma nova norma de modo a incluir estes casos; 9<sup>a</sup> 10<sup>a</sup> já decorre também do art. 327/1 pois quer no caso de procedimentos cautelares o credor requerido é citado, logo a prescrição interrompe-se e suspende-se, e no início de processo de insolvência, situação que está acautelada no art.100 do CIRE, mas não com a citação mas com a sentença que declara a insolvência; 11<sup>a</sup> na nossa leitura já está incluído no §203; 12<sup>a</sup> a apresentação de requerimentos a uma autoridade pública se o andamento da ação tiver como requisito esse mesmo pedido, vd., o requerimento de apoio judiciário – já estudado supra<sup>131</sup>, onde foi por nós concluído que de facto suspende o prazo prescricional; 13<sup>a</sup> não faz sentido face ao art. 327/1, pois também interpreta-se como sendo um ato equiparado; por fim a 14<sup>a</sup> - é um afloramento do 12<sup>a</sup>.

Face aos restantes §§, o §205, fará todo o sentido suspender a prescrição quando num acordo inter-partes o devedor esteja momentaneamente doente e acamado ou impedido de se sustentar e chegar a acordo com o credor para durante o tempo de doença não pagar as prestações devidas; quanto ao §206 é o nosso art.321; o §207 é o nosso art.318; o §208 merece um estudo sério e completo sobre o interesse público desta causa. Certo que aqui tem como substrato um crime, mas pelo art.71 do C.P.P., um facto crimógeno pode gerar igualmente danos civis, e sendo a vítima menor poder-se-á pensar que o art.320 acautela em absoluto os direitos desta, mas não é esse o caso, pois só tem um ano para agir após a cessão da menoridade, enquanto o BGB tem até os 21 anos. Acresce que o art.118/5 do C.P. protela o fim da prescrição até aos 23 anos, em caso de crime contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores, bem como no crime de mutilação genital feminina sendo a vítima menor. Deste modo e para salientar o repúdio da sociedade destes crimes hediondos, defendemos uma cláusula suspensiva que aponte no sentido o dano civil só prescrever, mesmo existindo o art.498/3, quando o ofendido perfizer 23 anos; os §§ 209 e 210, correspondem aos nossos arts.320 e 322 pelo que não merecem mais ponderação.

### **C.3 – Conclusão:**

---

<sup>131</sup> Vd. C.1.3.1.

Após este estudo há que fazer contas à matéria que nos tínhamos proposto ponderar: a necessidade de alteração legislativa das causas de suspensão.

A nossa visão aponta nesse sentido, atualizar sobretudo as interpretações das normas já positivadas, *maxime* nas responsabilidades parentais, e acrescentar algumas novas causas, que já explanamos face às alterações recentes na Alemanha, que protejam as novas formas de os cidadãos acederem à resolução de conflitos, p.e, a conciliação, e principalmente, as vítimas de crimes contra a liberdade sexual.

Esperamos ter contribuído para este debate, pois ao atual código já tem meio século de existência e a sociedade moderna transforma-se a um ritmo voraz que o direito deve e tem que acompanhar a par e passo, pelo menos tentar.

Lamentamos que algumas matérias tenham ficado por estudar, nomeadamente a questão do conhecimento da suspensão ser ou não de conhecimento oficioso pelos tribunais.



## **Bibliografia**

AA.VV., Comentário ao Código Civil, Coordenadores Fernandes, A. Luís Carvalho e Proença, José Brandão, Universidade Católica editora, Lisboa, 2014.

AA.VV., Código Civil Anotado, Volume I, Coimbra, Almedina, 2017.

Andrade, Manuel Augusto Domingues, Teoria Geral da Relação Jurídica, Volume I, Coimbra, Almedina, 1953.

Antunes, Ana Filipa Morais, Prescrição e Caducidade - Anotação aos artigos 296.º a 333.º do Código Civil ("O tempo e sua repercussão nas relações jurídicas"), Coimbra, Coimbra editora, 2014.

Cordeiro, António Menezes, Direitos Reais, Lisboa, editora Lex, edições jurídicas, 1993.

Cordeiro, António Menezes, Tratado de Direito Civil, V, Parte Geral – exercício jurídico, 3ª edição, revista e atualizada, Coimbra, Almedina, 2018.

Costa, Mário Júlio de Almeida, Direito das Obrigações, 7ª edição, revista e atualizada (reimpressão), Coimbra, Almedina, 1999.

Costa, Mário Júlio de Almeida, Noções de Direito Civil, 3ª edição, remodelada e actualizada, Coimbra, Almedina, 1991.

Fernandes, A. Luís Carvalho, Lições de Direitos Reais, 4ª Edição, revista e atualizada, Lisboa, Quid Iuris, 2003.

Hörster, Heinrich Ewald, A Parte Geral do Código Civil Português – Teoria Geral do Direito Civil, Coimbra, Almedina, 1992.

Leitão, Luís Manuel Teles de Menezes, Volume III, contratos em especial, 5ª edição, Coimbra, Almedina, 2008.

Machado, J. Baptista, Introdução ao Direito e ao Discurso Legitimador, 8ª reimpressão, Coimbra, Almedina, 1995.

Marques, José Dias, Noções Elementares de Direito Civil, 7ª edição, editora autónoma, Lisboa, 1992.

Mendes, João de Castro, Direito Processual Civil – Lições, vol., I., Lisboa, Edição da AAFDL, ano letivo 1986/1987.

Pinto, Carlos Alberto da Mota, Teoria Geral do Direito Civil, 3ª edição atualizada, 10ª reimpressão, Coimbra, Coimbra editora, 1996.

Proença, José Carlos Brandão, Lições de Cumprimento e Não Cumprimento das Obrigações, 2ª Edição revista e atualizada, editora Universidade Católica Portuguesa - Porto, Setembro de 2017.

Serra, Vaz, Prescrição Extintiva e Caducidade, 1961, BMJ nº105, páginas 141e ss.

Varela, Antunes, Das Obrigações em Geral, Volume II, 7ª Edição, revista e atualizada (reimpressão), Coimbra, Almedina, 1999.

Varela, Antunes, Lima, Pires de, Código Civil anotado, Volume I, (artigos 1º a 761º) 4ª Edição, revista e atualizada, Coimbra, Coimbra editora, 1987.

Varela, Antunes, Miguel Bezerra, J., Nora, Sampaio E, Manual de Processo Civil, 2ª edição, revista e atualizada, Coimbra, Coimbra editora, 1985.

Vasconcelos, Pedro Pais, Teoria Geral do Direito Civil, 5ª edição, Coimbra, Almedina, 2008.